Ano III - Nº 8 - Agosto 2012

ECONOMISTAS

Revista do Conselho Federal de Economia | COFECON

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

A CARGA TRIBUTÁRIA É OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO?
Roberto Piscitelli

Entrevista com
Aguinaldo Diniz Filho

Os Gargalos da Economia Brasileira

SUMÁRIO

18 **Curso de Economia**
João Rogério Sanson e Roberto Luis Troster falam o que acham do curso de Economia

32 **Desindustrialização, vulnerabilidades externas e os gargalos que impedem um maior crescimento da economia brasileira**
Júlio Miragaya Coordenador da Comissão de Política Econômica e de Desenvolvimento Regional do COFECON

05 **Editorial**
Ermes Tadeu Zapelini Presidente do Conselho Federal de Economia

06 **A Carga Tributária é Obstáculo ao Desenvolvimento Brasileiro?**
Roberto Piscitelli Economista e Integrante do Conselho Federal de Economia

14 **Entrevista**
Aguinaldo Diniz Filho

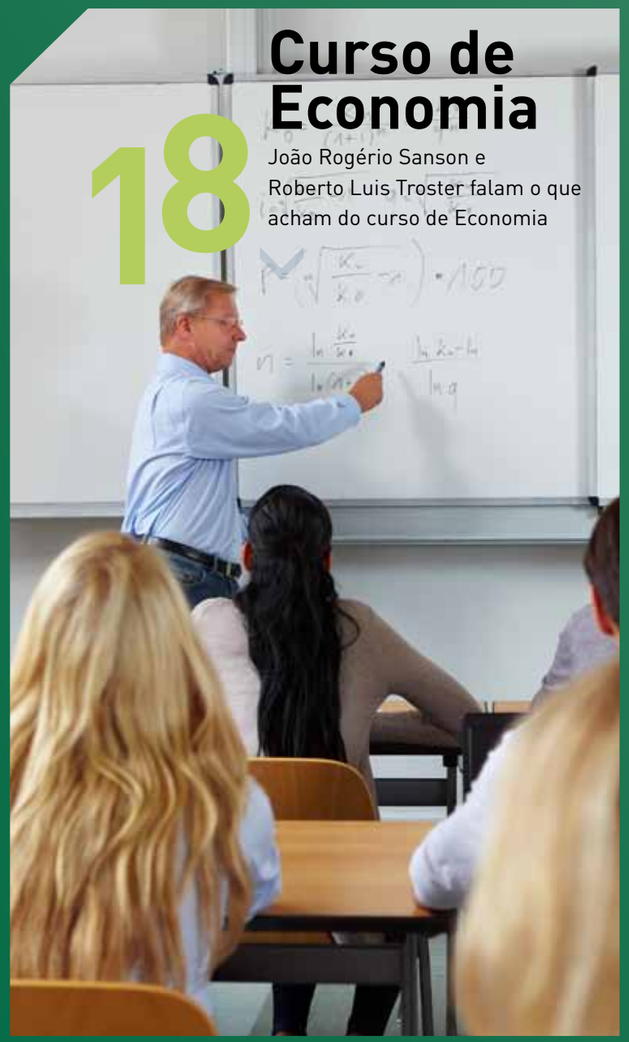
21 **Matéria**
Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since)

22 **Acontece no COFECON**

26 **Acontece nos CORECONS**

10 **Artigo**
Humberto Dalsasso fala sobre os gargalos da economia brasileira

40 **Relação dos Corecons**



EXPEDIENTE

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
COFECON

SETOR COMERCIAL SUL,
QUADRA 02, BLOCO B, SALA 501
70.318-900 - BRASÍLIA - DF
(61) 3208-1800

COFECON@COFECON.ORG.BR
WWW.COFECON.ORG.BR

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

PRESIDENTE
Ermes Tadeu Zapelini

VICE-PRESIDENTE
Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antonio Eduardo Poletti
Antonio Melki Júnior
Celina Martins Ramalho
César Homero Fernandes Lopes
Eduardo José Monteiro da Costa
Ermes Tadeu Zapelini
Fabíola Andréa Leite de Paula
Jin Whan Oh
João Manoel Gonçalves Barbosa
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
José Luiz Amaral Machado
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Odisnei Antonio Bega
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Roridan Penido Duarte
Virgílio Pacheco de Araújo Neto
Wellington Leonardo da Silva
Wilson Benício Siqueira

CONSELHEIROS SUPLENTES
Antonio Agenor Denardi
Antonio Eduardo Nogueira
Cândido Luiz de Lima Fernandes
Carlos Alberto Safatle
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior
Carlos Henrique Tibiriça Miranda
Charles Schneider
Denivaldo Targino da Rocha
Edson Peterli Guimarães
Fernando da Silva Ramos Filho
João Pedro da Silva
João Rogério Sanson
José Roberto de Lacerda Santos
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Max Leno de Almeida
Nei Jorge Correia Cardim
Omar Correa Mourão Filho
Paulo Roberto Lucho
Paulo Salvatore Ponzini

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Wilson Benício Siqueira (Coordenador)
Fabíola Andréa Leite de Paula
Róridan Penido Duarte
Carlos Roberto de Castro

JORNALISTAS
Manoel Castanho
Marcio Vieira

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Área Comunicação

TIRAGEM
10.000 exemplares

EDITORIAL

POR UM PUNHADO DE EUROS

ERMES TADEU ZAPELINI
Presidente do Conselho Federal de Economia

Começou a asfixia dos bancos na região do Euro. Os bancos comprometidos com devedores duvidosos, querem mais euros das autoridades monetárias. A região, que buscava espraiar o *welfare state*, não consegue sinalizar a alguns participantes que entraram há pouco na comunidade, as regras disciplinares da escolinha da tia Merkel. Obama já sabia, pela experiência de 29, que deveria dar um punhado de dólares aos bancos americanos. E deu. A crise americana foi suavizada e contida. O inicio da depressão em 2008 reverteu e, em meados de 2009, começaram a soprar ares de recuperação. Se bancos com grana são cautelosos e nos asfixiam, sem recursos financeiros para emprestar se transformam na antessala do inferno da economia. As duas regiões de mais alto poder de compras, a do euro e a norte-americana, são suficientemente robustas para rebocar o mundo econômico, puxando-o para cima ou para baixo. Para cima, quando exercem o poder de compra e irrigam de efeitos multiplicadores o resto do mundo. Para baixo, quando apertam o cinto, diminuindo a demanda de insumos, serviços, outros produtos importados e de capitais. Esta contração, abarrota com insumos e produtos nos pátios e terminais marítimos das economias emergentes e desidratam as suas exportações de insumos e outros produtos. O resultado é catastrófico para os emergentes e outros parceiros comerciais. Não há mercado interno que substitua os efeitos avassaladores da globalização. Na exemplificação do nosso sempre guru Delfim, quando o navio sobe com a preamar, todos os barcos sobem. E na maré vazante, é inexorável: todos descem. Queiramos ou não, estamos dançando num salão globalizado. O ritmo da dança contém dois ingredientes básicos: disponibilidade de crédito e confiança no mercado. Se entrarmos no salão sem tirarmos o protetor auditivo, podemos imaginar qualquer ritmo e ao dançarmos entusiasmados pelo lirismo dos sonhos, com certeza acabaremos por cair tropeçando nos nossos próprios pés. Isto nada mais é do que imaginarmos que somos imunes ao ritmo que estão orquestrando nossos parceiros. A existência de crédito com taxas de juros civilizadas e otimismo não cria mercado. São ingredientes da maior importância para reverter as expectativas, lá, na comunidade do euro. Aqui, há muitos fantasmas que andam junto com as expectativas. É fundamental que sejamos sensatos, isentos da candura dos inocentes, para diagnosticar até que ponto estamos imunes aos acontecimentos econômicos na região do Euro. Este é um exercício que deve ser diagnosticado pelos economistas como uma contribuição aos agentes econômicos e à nação brasileira.

OPINIÃO ECONÔMICA

ROBERTO PISCITELLI
Economista e Integrante do
Conselho Federal de Economia

A CARGA TRIBUTÁRIA É OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO?

É improvável encontrar algum empresário ou especialista, nos dias de hoje, que não se queixe da elevada carga tributária no Brasil. Esse seria um dos fatores críticos, um dos entraves ao desenvolvimento continuado do País. A elevada taxação reduziria a eficiência da produção brasileira e, consequentemente, sua competitividade em relação à produção estrangeira, tanto nos mercados externos, quanto no mercado interno, embora essa deva ser apenas uma das preocupações: o sistema tributário deve assegurar a suficiência de recursos e promover a justiça fiscal.

Quando se compara o Brasil com outros grupos de países, constata-se que há particularidades importantes. Com base nas estatísticas da OCDE, por exemplo, pode-se verificar que, de um modo geral, nossa carga tributária é superior à dos vizinhos latino-americanos, dos demais emergentes, Estados Unidos, Japão, entre outros, mas é inferior à dos países europeus, sobretudo daqueles que – pode-se dizer - cruzaram a etapa da economia do bem-estar social.

É bem verdade que a trajetória das últimas décadas é ascendente. Hoje, a carga tributária situa-se em torno de 36% do PIB e apresenta um comportamento bastante elástico: é bastante sensível em relação à variação do PIB, o que acentua seu caráter pró-cíclico.

A sensação de carga elevada está geralmente associada à percepção dos indivíduos em relação à disponibilidade dos serviços públicos, à extensão, acesso e nível de satisfação relativos àquilo que se atribui à responsabilidade do Estado, e isso tem muito a ver com as carências da população e com as suas expectativas, o que decorre, em grande parte, do tipo de relação que, historicamente, se estabeleceu entre o Poder Público e a sociedade. Outro tipo de percepção está relacionado ao grau de iniquidade inerente ao sistema tributário vigente, manifestado pela desigualdade na incidência tributária, seja do ponto de vista pessoal, setorial ou regional. Mesmo que se reconheça a importância dos critérios de alocação de recursos como fator relevante de equalização fiscal, isto é, de correção desses desvios, é indiscutível que a materialização da justiça fiscal começa pela forma como cada indivíduo e cada empresa transfere, compulsoriamente, parcelas de suas rendas e de seus patrimônios para o Fisco.

Em nosso caso, sejam quais forem os cortes realizados para fim de aferir a origem dos recursos extraídos da sociedade, a conclusão será a de que o sistema tributário brasileiro é profundamente injusto: pode-se considerar nível de renda, padrão de consumo, natureza do rendimento, vínculo contratual e vários outros tipos de critérios. Sejam quais forem os critérios, é flagrante a regressividade do sistema tributário. Por outro lado, são tantas as exceções e os regimes diferenciados de tributação, que, hoje, literalmente, a exceção é a regra, e se chegou perto do limite em que cada pessoa e cada entidade está sujeita a um regime próprio, específico. Isto para não falar dos altos níveis de evasão (legal), renúncias e de sonegação.

Há também um aspecto muito relevante, poucas vezes lembrado: dependendo da estrutura política e social do País, há uma diferença maior ou menor entre a carga tributária bruta e a líquida. Ocorre que há toda uma gama de devoluções diretas, específicas, que constituem as chamadas transferências (unilaterais) do Estado para o setor privado; são, por assim dizer, deduções das receitas públicas. Ora, apenas o saldo – a carga tributária líquida – é que está efetivamente disponível para as aplicações em custeio e investimento, de acordo com os programas de governo.

Estudos do IPEA demonstram que esse valor se situa em torno de 15% do PIB, portanto, menos da metade da carga tributária normalmente, nominalmente identificada. Em um desses estudos, válido para o ano de 2007, para um conjunto de países selecionados, somente a Grécia apresentou percentual ligeiramente inferior ao brasileiro.

Essas transferências estão representadas em parte pelos benefícios assistenciais e previdenciários, do tipo das aposentadorias, pensões, pagamentos a pobres, idosos, bolsistas etc. e, em parte, ao setor produtivo (subsídios, subvenções), além da considerável parcela destinada aos rentistas, sob a forma de juros, em regra superiores a 5% do PIB. Neste sentido, é impossível comparar a situação brasileira com a do Chile ou da China, por exemplo, por um lado, porque nossos sistemas previdenciário e assistencial constituem o mecanismo mais poderoso de erradicação da miséria, combate à pobreza e redistribuição de renda; por outro, porque há muitos anos praticamos as taxas de juros mais elevadas do Planeta, e ainda, em razão da dependência, ou da forte

alavancagem que os governos proporcionam, no Brasil, ao setor privado propriamente dito.

Ademais dos gastos explícitos, orçamentários, vale destacar que as estimativas dos gastos tributários e renúncias previdenciárias para 2011, corresponderam a um montante de mais de R$ 137 bilhões, 3,53% do PIB. E aqui não estão computados os subsídios creditícios, em volumes crescentes, nas operações dos bancos oficiais e de programas especiais com a intermediação das instituições privadas. Esta questão, por si só, mereceria um exame à parte, pois a política referente às renúncias fiscais é tão aleatória e casuística quanto a relativa à própria tributação.

O exposto até aqui nos levaria a concluir que, ao contrário do que quase sempre se afirma, a carga tributária brasileira é bem menor do que se pensa, mas o retorno é muito baixo, a distribuição é muito injusta, e o que sobra ainda é muito mal aplicado, haja vista os desvios e desperdícios, em relação aos quais, os exemplos são os mais variados e contundentes, como, nos tempos atuais, as obras e serviços monumentais e inúteis necessários aos eventos que o País vai sediar.

No tocante à estrutura tributária propriamente dita, também, ao contrário do que se ouve com muita frequência, não é o número, a quantidade de tributos que torna o sistema mais complexo, ainda que se admita que alguns poderiam ser fundidos. Afinal, temos seis impostos de competência da União, três dos estados e do Distrito Federal, e três dos municípios, além de algumas contribuições, entre as quais se destacam as destinadas à Seguridade Social. A complexidade, entretanto, começa por aí, com as três instâncias, daí resultando várias situações de cumulatividade e de superposição. A cumulatividade – tributo sobre tributo – acarreta inúmeras distorções, em função das diferentes cadeias produtivas, impedindo muitas vezes a compensação do que já foi pago, dificultando o próprio conhecimento do ônus tributário efetivo, incidente em cada setor e sobre cada produto. Já a superposição se caracteriza pela incidência múltipla de tributos (da mesma ou de diversas competências), sobre a mesma base de cálculo para tributos diversos. O maior fator de complexidade reside no imposto de maior arrecadação, o ICMS, em virtude da existência de 27 legislações diferentes e uma recorrente guerra fiscal.

Na raiz desse problema, um grande desafio, talvez o maior a ser enfrentado nos próximos anos, que se traduz no chamado pacto federativo, cujo contexto é bem mais amplo e está muito mal resolvido – se é que o foi em algum momento. O pacto federativo envolve a definição das relações entre os três entes – União, estados e municípios –, suas atribuições e a repartição dos recursos. A discussão está muito menos na prerrogativa de exigir do que na de se apropriar das receitas tributárias. E o começo da discussão está relacionado com o próprio modelo de Estado, seu papel, suas funções, razão porque todas as propostas de reforma tributária têm começado pelo final.

Note-se que essa questão é tão abrangente, tão transcendente que, no seu bojo, outros assuntos estão amalgamados, como, por exemplo, a repartição dos *royalties* e a dívida dos estados, confrontando permanentemente a Federação. A mais premente dessas questões diz respeito ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, pois os novos critérios, segundo determinação do Supremo Tribunal Federal, deverão estar definidos até o final deste ano, que, como se sabe, terá seus trabalhos legislativos parcialmente consumidos pelo calendário eleitoral.

Ainda do ponto de vista legislativo, entre os aspectos mais críticos da tributação destacam-se a inconstância e a fúria legiferante, desde a Constituição até os atos administrativos – normativos e interpretativos –, que, no mais das vezes, sobrepassam a hierarquia das leis. A maior demonstração do que aqui se afirma é a proliferação de Medidas Provisórias, editadas e modificadas sem cerimônia, aprovadas (ou engolidas) sem qualquer análise ou espírito crítico, e, em geral, mal redigidas, levando a discussões intermináveis no âmbito administrativo e judicial. Chegou-se a tal ponto que, hoje, a legislação de vários tributos é uma verdadeira colcha de retalhos, de difícil aplicação e interpretação, não só por parte do contribuinte, como também da própria fiscalização.

Ademais, o que muitas vezes molesta mais o contribuinte nem é tanto a obrigação principal, o ônus financeiro direto representado pelo pagamento do imposto, e, sim, as chamadas obrigações acessórias, os controles (paralelos, superpostos), declarações, formulários, informações, documentos, intimações, deslocamentos, filas, tornando oneroso o cumprimento da obrigação e, sobretudo, penoso o esforço para atender as exigências, para a maior parte das pessoas – normalmente ninguém se preocupa muito com as pessoas físicas –, numa relação pautada pela desconfiança e formalismo.

“A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA É BEM MENOR DO QUE SE PENSA, MAS O RETORNO É MUITO BAIXO, A DISTRIBUIÇÃO É MUITO INJUSTA, E O QUE SOBRA AINDA É MUITO MAL APLICADO”

Deste modo, com estas considerações o que se pretendeu demonstrar é que, em matéria tributária, talvez o menos relevante seja hoje o que se paga de imposto no Brasil – a despeito de alguns segmentos pagarem muito e de pagarem pelos outros. O que precisa ser urgentemente restabelecido – ou revisto – é a divisão da carga e o esforço necessário para o cumprimento das obrigações.

OPINIÃO ECONÔMICA

HUMBERTO DALSASSO
Economista , Consultor
Empresarial de Alta Gestão

" DESENVOLVIMENTO É UM PROCESSO INÉDITO E IRREVERSÍVEL DE MUDANÇA SOCIAL, ATRAVÉS DO QUAL SE INSTAURA NUMA REGIÃO UM MECANISMO ENDÓGENO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO CUMULATIVO E DIFERENCIADO" (ROSTOW W.W.)

Quando se analisa a série histórica da economia brasileira, não precisa ser cientista econômico para, diante das potencialidades do País, inconformar-se com a trajetória, salvo raras exceções, nestes cinco séculos de existência.

Ao descobrir o Brasil, há cinco séculos, os navegantes já perceberam o potencial, embora tenham visto apenas que não demoraria a ser um País desenvolvido, se a geopolítica e a geoestratégia fossem adequadas. Todavia, por muitos e repetidos períodos, predominou a exploração de recursos naturais.

Embora o País tenha experimentado alguns períodos de crescimento, é necessário não se confundir com desenvolvimento, bem conceituado por Rostow.

Considerando a extensão geográfica, a riqueza do solo, dos recursos minerais, da costa marítima e dos rios, é de se perguntar porque ainda não chegamos ao destino – desenvolvimento –, embora este não seja um ponto fixo, mas um referencial evolutivo.

Focando-se no passado recente e no contemporâneo, questiona-se porque períodos de crescimento se rompem e se descontinuam com frequência, apesar das potencialidades. Mais recentemente (setembro de 1970), o presidente Médici definiu como objetivo estratégico " o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século". Pela descontinuidade, isto ainda é sonho.

O Plano Real (I e II), a partir de 1994, evento marcante, com alto custo, mas necessário, renovou a esperança de retomada do caminho e, pelos resultados, facilitou a gestão do governo seguinte.

Ainda que, com a globalização da economia e as deformações estruturais do sistema econômico – forte desequilíbrio entre a Corrente Real e a Corrente Nominal –, nenhum País fique imune às crises sistêmicas, a intensidade do efeito depende da consistência estrutural de cada País e da competência da gestão.

Embora politicamente compreensíveis, medidas paliativas, inconsistentes e onerosas podem até mitigar a pressão, mas não equacionam os problemas estruturais. Sirva-nos de exemplo a crise econômica de 2008. É preferível encarar a realidade com algum sacrifício do que mitigá-la com pesados ônus futuros, como o alto endividamento público e familiar, desequilíbrio cambial e a desindustrialização, transformando a marolinha em crise sistêmica.

De maneira resumida, a economia brasileira apresenta alguns gargalos que merecem a atenção dos governos, das instituições, das organizações, empresas e pessoas, se quisermos alimentar o sonho do Desenvolvimento, principalmente:

UM CARGA TRIBUTÁRIA

É inconcebível que o brasileiro precise trabalhar 5 meses só para pagar tributos, recebendo em troca serviços inadequados e ineficientes.

DOIS CORRUPÇÃO

Em maior ou menor intensidade, ela existe em todo o mundo. Mas é inaceitável a impunição. Não existe corrupto sem corruptor.

TRÊS GASTOS PÚBLICOS

O elevado e desproporcional gasto público brasileiro provoca revolta das pessoas, independente de seu nível social ou cultural. O desperdício e a irresponsabilidade irritam e afetam os investimentos públicos desejáveis.

QUATRO DÍVIDA PÚBLICA

Embora não esteja entre as maiores do mundo em relação ao PIB, o volume e o crescimento preocupam, visto que ela é onerosa. A Grécia, com a relação Dívida/PIB de 166%, a Itália com 121%, Portugal com 106% e outros países, já nos mostraram o preço da imprudência.

CINCO RELAÇÃO CAMBIAL

Feita a nivelação cambial no Plano Real, após um período de desvalorização, como temos as taxas de juros mais altas do mundo, atraímos investimentos estrangeiros especulativos, provocando a valorização do Real. O lado bom da valorização é o auxílio para conter a inflação, pelo barateamento das importações e a imagem internacional no posicionamento do PIB (US$). O lado mau é a dificuldade para as exportações, provocando o processo de desindustrialização e o risco público e privado do aumento da dívida externa no caso de desvalorização. Sirva-nos de alerta a conhecida Doença Holandesa. É preciso haver equilíbrio.

SEIS BUROCRACIA

É uma das piores do mundo. Tem melhorado de forma preguiçosa. Em 183 países, ocupamos a 126ª. Posição no ranking sobre a facilidade de fazer negócios.

SETE INFRAESTRUTURA

O baixo nível de investimentos e de criatividade nos coloca em desvantagem, dificultando e onerando a vida das pessoas e das empresas. Em tecnologia e comunicações, em 138 países, ocupamos a 41ª posição.

OITO INVESTIMENTOS

O nível de investimentos, deslocado na prioridade com os gastos e desperdícios, é reconhecidamente baixo e insuficiente (18,7% do PIB) para alinhar o País ao crescimento e ao desenvolvimento, melhorando a infraestrutura, a educação, a saúde, a segurança e facilitando o poder competitivo das empresas.

NOVE EXAUSTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Parece que temos pressa para exaurir os recursos naturais, exportando minérios e importando manufaturados deles decorrentes, enquanto poderíamos capitalizar nossas vantagens e exportar produtos com maior valor agregado, gerando emprego e renda e destruindo menos esses bens que pertencem também às gerações futuras.

DEZ INTERFERÊNCIAS E MALABARISMOS GOVERNAMENTAIS

O período governamental passado foi destacado na interferência de gestão nas estatais, nos fundos de pensão e em outras instituições, bem como nos malabarismos numéricos, por inclusões/exclusões e omissões de dados ou mudanças de metodologia. Em 2007, a alteração na metodologia de cálculo inflou o PIB em mais de 11%. Empregos apenas formalizados foram considerados empregos gerados. A ginástica da capitalização da Petrobrás, em 2010, foi operação de futuro oneroso. O retardo e até a proibição de divulgação de dados ruins pelo Ipea, como noticiou a imprensa, prejudicam a interpretação do cenário real.

“ESTIMULAR O ENDIVIDAMENTO FAMILIAR PARA ENFRENTAR CRISES OU AMEAÇAS É TRANSFERIR A CONTA PARA AS PESSOAS E PARA O FUTURO. NÃO É SOLUÇÃO.
ESTAS OUTRAS INTERFERÊNCIAS AFETAM A INDEPENDÊNCIA E A VERDADE DOS FATOS.
EMBORA NÃO TENHA SIDO O ATUAL GOVERNO QUE GEROU ESTA SITUAÇÃO.
ESTÁ EM SUAS MÃOS O COMPROMISSO DE LIDERAR A BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SEGUIR A ROTA DO DESENVOLVIMENTO.”

LISTADOS ALGUNS DOS PRINCIPAIS GARGALOS, A PERGUNTA QUE EMERGE É:

O QUE FAZER PARA DIRECIONAR O PAÍS AO CRESCIMENTO E AO DESENVOLVIMENTO?

Evidentemente esta resposta não é fácil. Mas nos contentarmos em explorar recursos naturais, aumentar tributos e estimular o endividamento das pessoas levanos a evidenciar países que fizeram isso, e hoje, estão na miséria. Provocar a desindustrialização é exportar emprego e renda e recusar o desenvolvimento.

Precisamos evidenciar a estrutura do nosso sistema econômico, seus desequilíbrios e gargalos, definir onde queremos chegar, o que e como fazer para chegar lá.

A vacina contra a corrupção é ter um Judiciário eficaz, ético e sem interferências. Comprovada a corrupção, os bens do corrupto e do corruptor deveriam ficar bloqueados para o ressarcimento.

Resumindo, o Brasil precisa elaborar um Plano Estratégico responsável, com visão clara, definindo-se os planos táticos e operacionais básicos, com especial atenção à conversão e ao sistema de acompanhamento do desempenho. O ideal seria que isso fosse trabalhado por um GGI (Grupo Gestor Independente), representando não só o setor público como o privado e a sociedade, prevalecendo a transparência e o interesse nacional. Não bastam a bela apresentação do volume e seu conteúdo, mas a efetiva conversão da intenção estratégica em prática operacional.

Para que isso se torne realidade, é fundamental um trabalho de conscientização que desperte nas pessoas o senso de cidadania, participação e responsabilidade. Isto é, a criação de uma Comunidade Cívica. Evidentemente, este é um processo mais demorado, mas pode ser feito gradativamente.

Isto é fácil ? Evidentemente não. Mas é possível. Buscar o equilíbrio fiscal, monetário e cambial é fundamental. Não devemos facilitar o crescimento do déficit de transações correntes. Isto será oneroso. O economista deve participar desse processo, contribuindo para o desenvolvimento das empresas, do seu município, do seu estado e/ou do Brasil.

ENTREVISTA

AGUINALDO DINIZ FILHO

POR MARCIO VIEIRA

Poucas pessoas podem dizer que acompanharam de perto a saga da economia brasileira. Estar dos dois lados do balcão, como dizemos no jargão jornalístico, é privilégio para poucos. Nesta edição da revista, começamos uma nova fase no espaço dedicado à entrevista especial justamente com o empresário Aguinaldo Diniz Filho que esteve destes dois lados.

Tanto na ponta da cadeia produtiva, quando começou a carreira em 1969, como estagiário da Companhia Industrial Cataguases, após concluir o curso de Técnico Industrial na Escola Técnica da Indústria Química e Têxtil (Cetiqt) do Senai/RJ, quanto hoje, como presidente da Cedro Têxtil e da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit).

Natural de Curvelo, Minas Gerais, casado e pai de três filhos, Diniz é formado em Direito, participou de cursos no exterior no Insead na França, em 1990 e 2002, e na Kellog em Chicago, em 2000. Além disso, ele é membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), membro do Conselho de Política Econômica desta mesma instituição, presidente do Conselho Técnico Administrativo do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil/Senai, entre outros cargos.

Nesta entrevista à revista Economistas, Diniz faz uma análise clara da atual economia brasileira. "Temos dois principais gargalos: educação e infraestrutura", declara. Confira a entrevista.

Revista Economistas: Atualmente, quais os gargalos que a economia brasileira enfrenta?

Aguinaldo Diniz Filho: Os gargalos não são um fenômeno atual. Já existem há tempos e nenhuma providência efetiva foi tomada. Em minha opinião, há dois que são os principais: a educação e a infraestrutura. A educação, por exemplo, tem que ser qualitativa e não quantitativa. O governo tem que olhar mais para o ensino fundamental, que é a base de tudo. A verdadeira democracia é quando o menino pobre tem acesso à mesma escola que o garoto rico. Vale lembrar, também, a valorização do professor. No Japão, ele é a segunda pessoa mais importante do País. O que ocorre também é que no Brasil, nós precisamos de um governo estadista que pense no longo prazo, para desenvolver este tipo de política educacional. Insisto aqui que devemos valorizar neuroticamente o ensino fundamental. Quanto à infraestrutura, o Brasil parou de investir. Hoje, 86% da população é urbana e não temos os investimentos necessário básicos. É preciso, entre outros pontos, que haja marcos regulatórios muito bem definidos; o cumprimento dos contratos e competência para realizar estes trabalhos. Se eu fosse presidente da República por um dia, reuniria minha equipe e exigiria planos de governo que levassem em conta a ampliação e capacitação da educação e infraestrutura no Brasil.

R.E: A que se deve a queda na participação da indústria no PIB?

A.D.F: Em 1985, a participação da indústria no PIB era de 28% e, no ano passado, fechou em 13%. Hoje, há um avanço nas importações predatórias, principalmente as provenientes da China e uma desindustrialização crescente no Brasil. Não sou contra as importações, mas elas têm que ter regras igualitárias. Outro ponto é a pesada carga tributária que é aplicada no País e, claro, a falta de investimento na infraestrutura.

R.E: O senhor acredita que o governo tem correspondido às necessidades da indústria nacional?

A.D.F: Há uma vontade política de atender aos pleitos da indústria nacional. Principalmente por parte do Ministério da Fazenda, que acompanho mais de perto nas minhas viagens à Brasília. O governo tem tomado medidas evolutivas, porque, caso não faça nada, faremos em pouco tempo a autópsia do setor industrial. Temos que lembrar que nosso maior ativo é o mercado interno. Deste modo, conseguiremos superar a crise que se abate na zona do Euro.

“OS GARGALOS NÃO SÃO UM FENÔMENO ATUAL. JÁ EXISTEM HÁ TEMPOS E NENHUMA PROVIDÊNCIA EFETIVA FOI TOMADA. EM MINHA OPINIÃO, HÁ DOIS QUE SÃO OS PRINCIPAIS: A EDUCAÇÃO E A INFRAESTRUTURA”

R.E: Como está a indústria têxtil no panorama nacional?

A.D.F: Em 2010, movimentamos US$ 60 bilhões e, no ano passado, US$ 63 bilhões. O setor da indústria de transformação é o segundo maior responsável pela geração de empregos no Brasil. São oito milhões de empregos diretos e indiretos. Contudo, vivemos hoje uma concorrência predatória. A China tem todos os benefícios do planeta, mas gostaria de desafiar uma indústria chinesa a se instalar no Brasil e atuar de acordo com as regras vigentes aqui. O que não pode ocorrer é que as indústrias parem de gerar empregos no Brasil, devido a uma concorrência predatória. Vale lembrar que no ano passado, tivemos um déficit de US$ 4,7 bilhões na balança comercial do setor.

R.E: A crise na zona do Euro e nos Estados Unidos, que ainda tentam se recuperar da recessão de 2008, atrapalham a indústria têxtil brasileira?

A.D.F: O problema todo é o consumo. Afinal, estas duas regiões são áreas de consumo destes bens e isso acarretou uma queda no consumo e tivemos ainda o fato de o real estar valorizado em frente ao dólar. Por isso, insisto no consumo interno.

R.E: O senhor vê sinais positivos no setor têxtil brasileiro depois da criação do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA)?

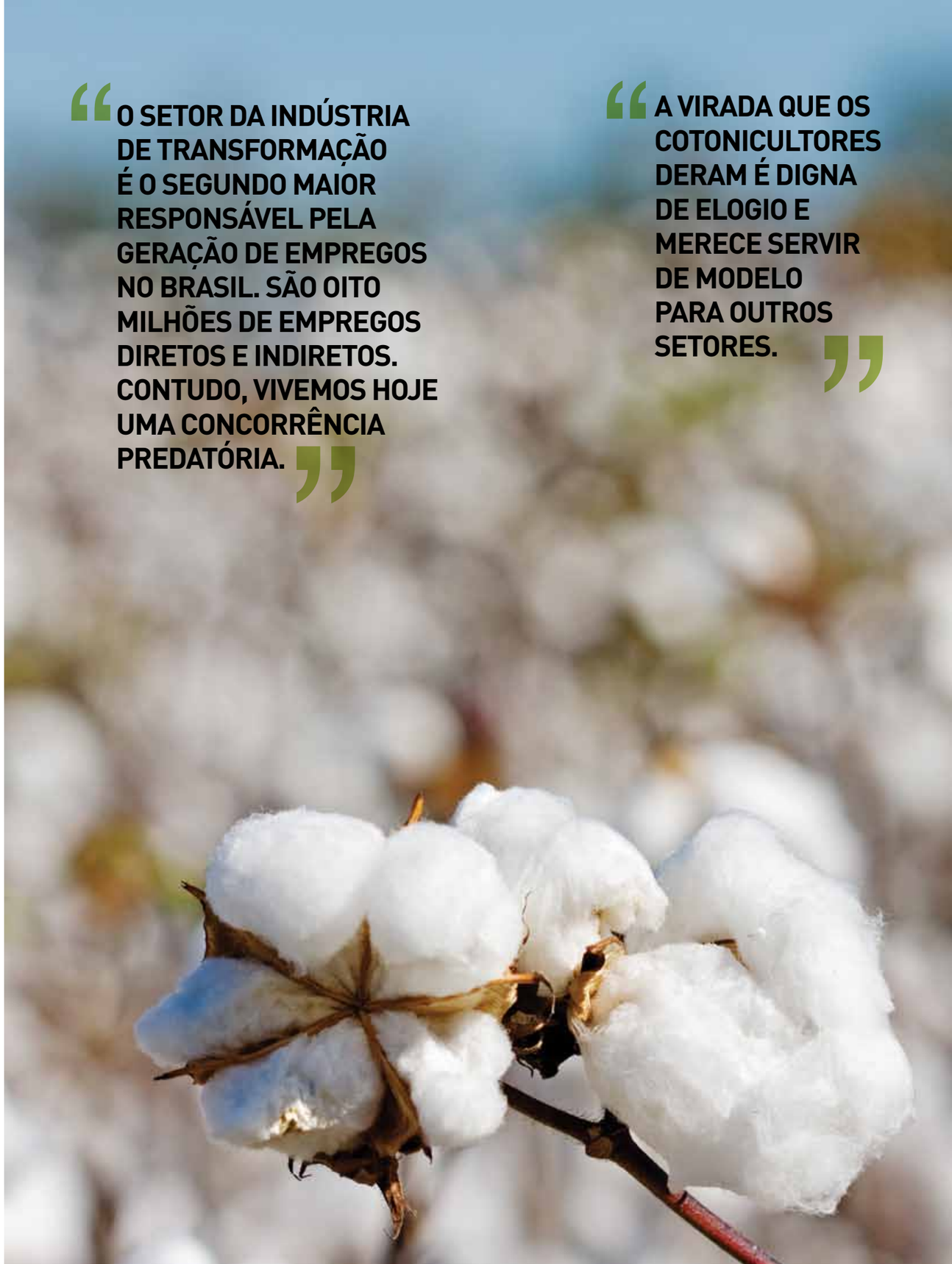
A.D.F: A cotonicultura no Brasil é perfeita. Há 20 anos, o Brasil importava algodão da Grécia. Hoje, o Brasil é o quarto maior exportador de algodão do mundo e o quinto maior produtor. A virada que os cotonicultores deram é digna de elogio e merece servir de modelo para outros setores.

R.E: As últimas medidas tomadas pelo governo, principalmente a que reduz impostos sobre a folha de pagamento – na qual o senhor teve uma participação importante na elaboração do processo – foram satisfatórias?

A.D.F: Conseguimos mostrar ao governo quanto custa a folha tributária. Eu diria que não era o que nós realmente precisávamos. Contudo, tenho que ressaltar que o ministro Mantega (da Fazenda) tem procurando compensar as necessidades da indústria nacional. Porém, precisamos de medidas mais corajosas. Satisfatória, eu diria que sim, mas não foram as medidas que nós realmente precisávamos para resolver a questão.

R.E: Qual a avaliação que o senhor faz da burocracia tributária no Brasil?

A.D.F: Vivemos em um manicômio tributário. São 27 legislações de ICMS. Somente em Minas Gerais são 702 artigos. Precisamos de medidas corajosas e a presidente Dilma tem tomado, mas ela deveria já ter traçado um plano logo nos primeiros cem dias de governo. Para mim, uma reforma tributária tem que ser focada em três pontos: que desonere, simplifique e dê transparência, para que os contribuintes saibam e possam exigir pelo que pagam.



“O SETOR DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO É O SEGUNDO MAIOR RESPONSÁVEL PELA GERAÇÃO DE EMPREGOS NO BRASIL. SÃO OITO MILHÕES DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS. CONTUDO, VIVEMOS HOJE UMA CONCORRÊNCIA PREDATÓRIA.”

“A VIRADA QUE OS COTONICULTORES DERAM É DIGNA DE ELOGIO E MERECE SERVIR DE MODELO PARA OUTROS SETORES.”

CURSO

Na edição anterior da revista Economistas os professores Luiz Alberto Machado e José Luiz Pagnussat discutiram os motivos da diminuição da procura pelo curso de Economia. Entre as razões debatidas foram citadas a concorrência com outras áreas, a dificuldade do curso e a formação abrangente e eclética. Nesta edição o debate deixa a área da demanda e passa à formação do economista e a finalidade do curso. Os debatedores são o economista e professor da UFSC João Rogério Sanson, doutor pela Universidade Vanderbilt; e o economista e consultor Roberto Luis Troster, doutor pela Universidade de São Paulo e ex-economista chefe da Federação Brasileira dos Bancos.

"É PRECISO COMEÇAR DO ZERO"

JOÃO ROGÉRIO SANSON

RECONHECIMENTO COMO CURSO UNIVERSITÁRIO E DIFICULDADES DA FORMAÇÃO ANTERIOR

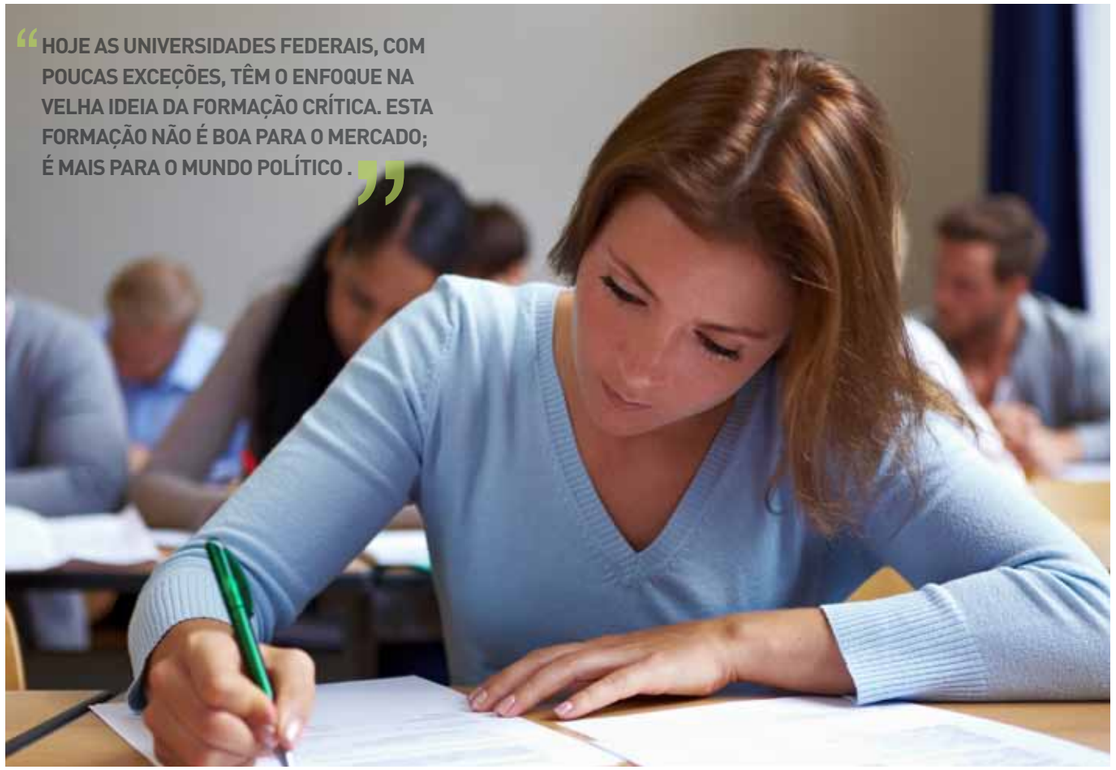
O reconhecimento dos cursos de Ciências Econômicas como universitários veio com o Decreto-Lei 7.988, de 22 de setembro de 1945, que separou a área de economia da de contabilidade e atuária e estabeleceu um currículo para ambas. Sanson escreveu sobre o assunto em 2004, no periódico Atualidade Econômica (UFSC, nº 47): "Sob forte influência do engenheiro-economista Eugênio Gudin, o novo currículo de economia adaptava no Brasil um modelo americano de curso, com forte carga em métodos quantitativos e teoria econômica formal, complementada por um conjunto de disciplinas específicas da Área. (...) Na verdade, essa estrutura curricular era a adotada na pós-graduação americana. Seus cursos de graduação, massificados, eram e são bastante livres quanto à estrutura curricular".

Já naquele tempo a formação do aluno antes de chegar ao curso tinha problemas. No mesmo artigo, Sanson discorre sobre o fenômeno: "Os cursos de economia brasileiros tornaram-se muito difíceis e passaram a ter altas taxas de reprovação, pois a demanda, nos primeiros anos, continuou sendo principalmente de egressos das escolas técnicas".

Hoje o problema continua existindo, já que durante o ensino fundamental e médio os alunos não possuem formação em conhecimentos de economia. Enquanto estudantes das áreas de saúde ou engenharia têm formação em ciências, os futuros economistas chegam apenas com o conhecimento de matemática e história. Além disso, a rápida massificação do ensino médio também resultou numa queda de qualidade.

"MUITAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, EM VEZ DE DAR UMA BOA INTRODUÇÃO EM ECONOMIA, COMEÇAM O CURSO CARREGANDO EM DISCIPLINAS COMO PENSAMENTO ECONÔMICO OU ECONOMIA POLÍTICA. QUANDO O ALUNO CHEGA ÀS DISCIPLINAS INTERMEDIÁRIAS, TEM DIFICULDADE, A NÃO SER QUE SEJA UM ALUNO BEM SELECIONADO".

CURRÍCULO ANACRÔNICO



"HOJE AS UNIVERSIDADES FEDERAIS, COM POUCAS EXCEÇÕES, TÊM O ENFOQUE NA VELHA IDEIA DA FORMAÇÃO CRÍTICA. ESTA FORMAÇÃO NÃO É BOA PARA O MERCADO; É MAIS PARA O MUNDO POLÍTICO."

Tanto Sanson como Troster concordam que o currículo dos cursos de Ciências Econômicas acabou tornando-se inadequado ou desinteressante. "São poucos os cursos que estão orientados para um público bem preparado, normalmente de classe média alta, com bons professores e orientação de mercado. Mesmo estes cursos que estão tendo sucesso precisam ter uma abordagem muito forte em teoria econômica. Do contrário, os alunos se sairão mal no Enade".

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) aparece em várias críticas do professor catarinense como um fator que condiciona os currículos dos cursos. "Cada curso deveria olhar mais para o mercado regional. Se atrair bons alunos, a nota vai subir naturalmente. Cada um poderia seguir seu próprio rumo, mas o Enade também tem que cobrar coisas mais voltadas para o mercado e não direcionar para uma só linha".

Sanson cita o caso específico da disciplina de matemática financeira, que por muito tempo não constou nas diretrizes do currículo mínimo do curso. "Agora ela aparece como disciplina obrigatória. Mas se você olhar o teste do Enade, as questões de matemática financeira aparecem nas áreas de engenharia, não em economia. Precisamos de mais disciplinas nesta área. Isto não impede que haja formação em microeconomia, macroeconomia, economia política ou história do pensamento econômico. Mas a ênfase não pode ficar só nisso".

Troster discute a atualidade dos currículos. "O conteúdo dos cursos de economia, pelo menos dos que eu conheço, ficou anacrônico. São discutidas coisas que hoje já não são tão importantes, como teoria do valor. Precisamos formar economistas para o Século XXI, não para a década de 1960", argumenta o ex-economista chefe da Febraban. "O que acontece? O curso deixa de ser interessante. Os alunos têm introdução à contabilidade, ao cálculo, teoria do valor e só vão ver economia mesmo no segundo ou no terceiro ano".

O QUE É FUNDAMENTAL?

O que é fundamental num curso de economia? Uma cultura mais geral ou uma formação mais específica? Uma formação teórica mais sólida ou algo mais prático e operacional?

"Primeiro de tudo, uma boa teoria econômica. O estudante de Ciências Econômicas não tem que ser um bom administrador, tem que ser um bom economista", responde Troster. "E o que um bom economista faz? Tem uma boa formação quantitativa, uma boa noção de teoria econômica, macroeconomia, economia aplicada, economia do setor agrícola, economia industrial. E uma boa visão geral de história econômica no sentido amplo do termo". Troster vai numa linha mais específica: "O curso tem que ensinar economia. Economia matemática, economia aplicada, história, só do pensamento econômico. Tirar um pouco da carga de sociologia, teoria do valor".

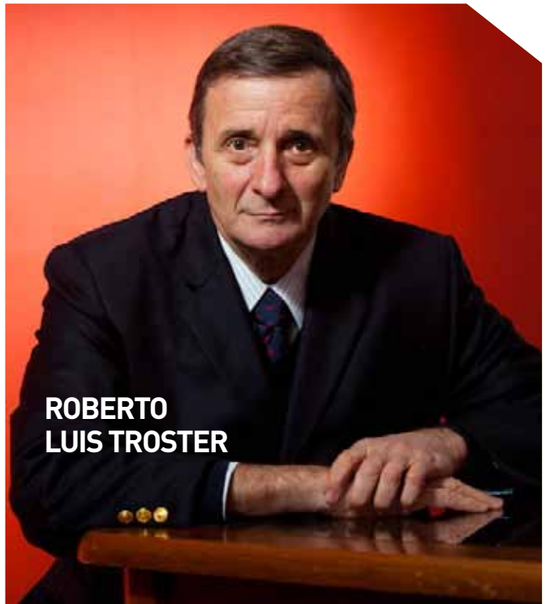
Quais deveriam ser as habilidades de um aluno formado em Ciências Econômicas? "Para quem tem apenas a graduação, é aquilo que as empresas médias precisam: alguém que chegue lá e ajude a fazer a análise do projeto. Do ponto de vista do mercado é isso", comenta Sanson. O professor também acusou a existência de um viés político no ensino de economia. "No Brasil, houve uma predominância da economia política nas últimas décadas. Há um viés político. Foi interessante, trouxe novas ideias para a área. Mas distanciou o aluno do mercado".

Alguns cursos que têm uma orientação mais voltada para o mercado financeiro têm tido boa demanda. Entretanto, nem sempre esta experiência pode ser replicada em outros lugares. "Em Santa Catarina, mesmo sendo um estado desenvolvido, é difícil", aponta Sanson. "As universidades federais não estão conseguindo pegar gente no mercado para dar aulas. Há universidades que têm cursos de pós-graduação voltados para finanças, isso pode dar um retorno, mas tem que chegar à graduação".

Uma pergunta natural surge deste debate: o que é mais importante, uma formação mais abrangente e teórica ou uma mais direcionada e prática? Sanson vê uma boa cultura geral como vantajosa no longo prazo, mas não tanto no curto: "Porque não deixa a pessoa em nível operacional. Há uma visão de que o curso de Ciências Econômicas tem que dar mais cultura econômica e menos formação prática ou formação de mercado, então não é de surpreender que o resultado seja este. O pessoal muitas vezes tem uma boa cultura, mas que não é operacional", comenta o catarinense. "Se você pega um economista e coloca no setor financeiro sem que alguém o treine para algo específico, ele fica perdido. Mas esta formação abrangente dá uma vantagem no longo prazo. Se dez anos depois você olhar o que eles estão fazendo, são executivos de empresas".

Perguntado se o curso de Economia deveria ter uma ênfase mais prática e menos teórica, Troster respondeu que a questão principal não é esta. "Não se trata de ser mais teórico ou mais prático. Temos que avaliar o que é relevante e o que não é. Discutir teoria do valor ou como se deu a industrialização no Brasil não é relevante. Discutir como outros países crescem mais que o Brasil é relevante".

> **"O ESTUDANTE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS NÃO TEM QUE SER UM BOM ADMINISTRADOR, TEM QUE SER UM BOM ECONOMISTA"**



ROBERTO LUIS TROSTER

SIMPÓSIO NACIONAL
DOS CONSELHOS DE ECONOMIA (SINCE)

O Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since), que acontece entre os dias 12 e 15 de setembro em Belo Horizonte, está com a pauta cheia. O evento reúne profissionais especialistas da área de economia e finanças a cada dois anos e é realizado pelo Sistema integrado Conselho Federal de Economia e Conselhos Regionais de Economia.

Para este ano, estão programadas a II Gincana Nacional de Economia, o VIII Encontro de Economistas de Língua Portuguesa e o XVIII Prêmio Brasil de Economia.

A gincana pretender estimular a integração entre as instituições de ensino de Ciências Econômicas e, consequentemente, os alunos de Economia. A ideia é que os estudantes desenvolvam e apliquem conceitos, conciliando a prática com a teoria.

As inscrições podem ser feitas até o dia 24 de agosto. Todos os documentos e orientações necessárias para a preparação das equipes nas instituições de ensino estarão disponíveis para download no site da Gincana **(www.cofecon.org.br/gincana)**, além das informações contendo as instruções de uso do software relacionadas à competição. O **suporte** será prestado pelo Setor de Informática do Conselho Federal de Economia, por meio do e-mail **gincana@cofecon.org.br** ou pelo telefone **(61) 3208-1800**, no horário das **9h** às **18h**.

Durante o Since ocorrerá ainda o tradicional Encontro de Economistas da Língua Portuguesa que neste ano está em sua oitava edição. O tema deste ano é "Reflexos da Crise Econômica nos Países de Língua Portuguesa e as Conclusões do Encontro Rio+20".

O encontro terá a participação de representantes do meio acadêmico, empresarial, político e da comunicação social, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e estimular a discussão de temas de interesse comum, voltados para a ciência econômica e particularmente para o desenvolvimento das economias nacionais. Na pauta, conferência e debates que identificarão caminhos para um maior relacionamento econômico público e empresarial entre os países da Comunidade de Língua Portuguesa.

Na pauta do Since, haverá a entrega do XVIII Prêmio Brasil de Economia, realizado entre o Conselho Federal de Economia em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Trabalhos nas categorias monografia de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado, artigo técnico e livro de economia concorrem a prêmios cujo total alcança R$ 46 mil, além das bolsas de pesquisa concedidas pelo Ipea. Na próxima edição da revista Economistas traremos os vencedores do prêmio.

12 À 15 DE SETEMBRO

ACONTECE NO COFECON

EVENTOS

ENAM REÚNE MAIS DE 200 ECONOMISTAS EM BELÉM

O VI Encontro de Entidades de Economistas da Região Norte (Enam, realizado pelo CORECON-PA em parceria com o COFECON e com os Conselhos Regionais da região Norte], reuniu mais de 200 profissionais nos dias 06 a 08 de junho para debater assuntos voltados ao Centenário da Crise da Borracha na Amazônia.

A ocasião também marcou o lançamento do Congresso Brasileiro de Economia (CBE-2013), apresentado pelo presidente da comissão organizadora, economista Erivaldo Lopes do Vale. O evento terá como tema "Economia Verde, Desenvolvimento e Mudanças Econômicas Globais" e será realizado nos dias 05, 06 e 07 de setembro na cidade de Manaus.

A Conferência Magna do Enam foi proferida pelo professor Armando Dias Mendes (que faleceu uma semana depois do evento) e teve como tema "1912 – 2012 Cem Anos da Crise da Borracha na Amazônia: Do Retrospecto ao Prospecto". Durante o discurso, Mendes relacionou a problemática da Amazônia com diversos clássicos da literatura brasileira e chamou a atenção para a forma como a região vem sendo atingida. Fez também um breve retrospecto da Constituição "Cidadã" de 1988 e de como a mesma foi distorcida em seus aspectos fundamentais. Ainda de acordo com ele, a Constituição hoje é contraditória, pois uma série de legislações complementares foi responsável por construir um modelo federativo que reforça as desigualdades regionais.

O VI Enam teve como objetivo debater temas voltados aos Cem Anos da Crise da Borracha na Amazônia, além de fomentar ações conjuntas de desenvolvimento para a região e relembrar esse importante fato histórico da economia brasileira para a Amazônia e para o Brasil. O evento contou com a participação do presidente do COFECON, Ermes Tadeu Zapelini, além de conselheiros federais e regionais; do deputado federal Arnaldo Jordy; do diretor administrativo do Sindicato dos Economistas do Estado do Pará, economista Hélio Santana Mairata Gomes; e de autoridades locais, como o presidente do TRT-PA, desembargador José Maria Quadros de Alencar; do diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntura do Idesp, economista Cassiano Figueiredo Ribeiro; do representante da Academia Paraense de Letras, Alcir de Souza Meira; e do representante da Câmara dos Diretores Lojistas de Belém, da Federação das Câmaras de Diretores Lojistas do Pará e da Federação das Indústrias do Estado do Pará, José do Egypto Soares Filho.

DESPACHOS EXECUTIVOS

Antes do evento em Belém, a Presidência do COFECON deu continuidade a um programa de anos anteriores e realizou a primeira reunião dos despachos executivos de 2012. O encontro reuniu a Presidência do Conselho Federal e os presidentes de Conselhos Regionais da região Norte do País. O COFECON apresentou o plano de trabalho e ouviu as demandas e sugestões dos CORECONs.

REUNIÃO NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

O vice-presidente do Conselho Federal de Economia, Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro, foi recebido juntamente com outros economistas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pelo secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público (SRT), Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça. No encontro, realizado no dia 18 de junho, foram levadas ao Ministério várias reivindicações dos economistas que atuam como servidores públicos federais do poder Executivo.

"Esta reunião representou uma abertura de diálogo franco e cordial em relação às reivindicações e propostas apresentadas pelas entidades presentes", comentou o vice-presidente Kanitar. "Obtivemos uma sinalização positiva de estudo e eventual aprovação das reivindicações apresentadas, que pontuaram a importância e a relevância do resgate do papel do economista junto aos órgãos públicos, inclusive em relação à sua contribuição para o desenvolvimento da economia brasileira".

Entre as reivindicações, destaca-se o pedido de reestruturação do quadro de carreira dos economistas (juntamente com estatísticos, engenheiros, geólogos, arquitetos e agrônomos) numa nova carreira denominada "Técnico em Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura" – o que resultará em melhoria salarial para mais de 600 economistas que trabalham no poder Executivo federal. Além do COFECON, estiveram representados na reunião o CORECON-DF e a Fenecon.

FRENTE PARLAMENTAR PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Foi lançada no dia 19 de junho, em Brasília, uma frente parlamentar para discutir propostas de melhoria e fortalecimento da gestão pública. O evento ocorreu no Senado Federal e o COFECON se fez presente com o vice-presidente Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro, que ficou entusiasmado com a proposta.

"Esta é uma iniciativa oportuna, endossada pelos economistas e que envolve várias esferas de poder. Esperamos que ela vingue com a participação da sociedade civil, dos empresários brasileiros e da inteligência nacional", afirmou Kanitar. "Há um grande trabalho pela frente e isso tem que ser encarado. A União, os estados e os municípios precisam dar respostas às necessidades nacionais, como infraestrutura, saúde, educação e outras. Esperamos que esta iniciativa prospere".

A frente reúne mais de 240 deputados e senadores que vão elaborar novas leis com propostas para modernizar a administração pública, buscando a participação da sociedade e dos poderes Executivo e Judiciário. Além disso, pretende priorizar a criação de mecanismos mais eficazes e transparentes para fortalecer a eficiência da máquina administrativa.

COMISSÕES

COMISSÃO DE MODERNIZAÇÃO E QUALIDADE DA GESTÃO

A Comissão tem realizado um trabalho constante na questão dos softwares utilizados para a gestão do COFECON e também dos CORECONs. Para cumprir esta tarefa tem estudado novas ferramentas que permitam a obtenção de dados e relatórios com maior grau de confiabilidade.

A Comissão também tem realizado visitas e reuniões para conhecer ferramentas que permitam a realização de eleições por via eletrônica.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação tem trabalhado na realização do Prêmio Brasil de Economia (PBE), que deverá ser entregue por ocasião do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since), em Belo Horizonte. Neste ano o PBE tem novamente a parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Além disso, o coordenador da Comissão, conselheiro Luiz Alberto Machado, tem realizado palestras em vários eventos regionais para economistas em vários estados do Brasil.

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

A Comissão de Comunicação promoveu no dia 25 de maio uma reunião de assessores de comunicação do Sistema COFECON/CORECONs. O encontro aconteceu em Brasília e permitiu a troca de experiências entre profissionais que trabalham em estados diferentes e com realidades diferentes.

"Esta é uma reunião pioneira", expressou o conselheiro Wilson Benício Siqueira, coordenador da comissão. "No momento em que nos sentamos para discutir, podemos aprender coisas novas com pessoas diferentes. Esta diversidade é muito rica e a experiência de cada um pode contribuir muito para o Sistema COFECON/CORECONs".

COMISSÃO DE NORMAS, LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Uma das atribuições da Comissão é acompanhar a tramitação do Projeto de Lei do Senado 658/07, que busca atualizar a legislação profissional do economista. Desde 2008, por requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT/DF), o projeto tramitava na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado. O parecer aprovado no dia 08 de maio tratou exclusivamente das questões ligadas ao ensino da ciência econômica. O texto atualmente tramita na Comissão de Assuntos Econômicos.

COMISSÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Entre os estudos divulgados neste ano, destacam-se "Mercado de Trabalho no DF", "Renda dos Aposentados no DF – 2004 e 2010/11", "Evolução e Situação Atual do Emprego Doméstico no DF" e "Análise comparativa das discrepâncias entre os rendimentos dos assalariados do setor público e do setor privado na Região Metropolitana de São Paulo e no Distrito Federal: 1992 a 2011".

Os estudos têm alcançado boa repercussão na imprensa, ganhando espaço em telejornais, rádios e jornais de circulação nacional.

Outra estratégia da Comissão é, a partir de debates realizados em sessões plenárias, buscar um posicionamento do COFECON quanto a temas econômicos.

A Comissão também tem apoiado os debates nos encontros regionais de economistas. No primeiro do ano, realizado em Belém, o tema principal foram os 100 anos do ciclo da borracha na Amazônia.

ACONTECE NOS CORECONS

CORECON-RJ

O CORECON-RJ oferece aos economistas e outros profissionais vários cursos de aperfeiçoamento na área de economia. Em junho, tem início o curso de Macro e Microeconomia para Concursos, com duração até setembro. Entre os demais cursos previstos para este ano estão: "Para Entender a Conjuntura Econômica", "Financiamento à Inovação no Brasil", "Previdência Complementar, Teoria e Caso do Mercado Brasileiro de Fundos de Pensão", "Redes Neurais Artificiais Aplicadas à Economia", "Perícia" e "História do Pensamento Macroeconômico".

CORECON-SP

O CORECON-SP reinaugurou, em maio, a sede da Delegacia Regional de Bauru. Com novos equipamentos, o investimento faz parte de um plano para valorizar o economista. "Este fortalecimento em direção ao Interior fará com que os economistas daqui também se sintam integrados neste novo plano e que percebam o Conselho como sua casa", afirmou o delegado regional Reinaldo Cafeo. "É algo que estimula a categoria, inclusive, a prestar seu serviço à comunidade".

Já no dia 1º de junho, o CORECON promoveu um almoço-palestra com o economista José Pastore no Terraço Itália. O tema foi "Produtividade e Custo do Trabalho: tendências recentes". Cerca de 90 pessoas compareceram, lotando totalmente o espaço reservado para o evento.

CORECON-PE

Entre as ações do CORECON-PE destacam-se um ciclo de palestras apresentadas pelo presidente Fernando de Aquino Fonseca Neto nos principais cursos de graduação em Economia do Estado, tanto na capital quanto em Petrolina e Caruaru; a organização do VI Prêmio Pernambuco de Economia e da 1ª Gincana Pernambucana de Economia; e as gestões realizadas junto a órgãos de financiamento e incentivos fiscais no Estado solicitando a exigência da Anotação de Responsabilidade Técnica nos projetos recebidos. Ofícios foram entregues ao presidente da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A e ao Departamento Regional do Nordeste/BNDES. "Os que receberam os ofícios demonstraram boa aceitação dos argumentos e comprometeram-se a analisar o pleito", avalia o presidente do CORECON-PE.

CORECON-RS

O CORECON-RS promoveu, no dia 18 de maio, em Santa Maria (região central do estado), o 35º Encontro dos Cursos de Ciências Econômicas, em parceria com o Centro Universitário Franciscano, local dos debates e palestras. Cerca de 200 estudantes, além de professores e economistas de 12 universidades, lotaram o auditório. O evento contou com palestras dos economistas Roberto Camps de Moraes (história da macroeconomia e evolução do pensamento e das teorias econômicas) e Ricardo Englert (importância do economista nas funções públicas), além de três oficinas (perspectivas da profissão e o ensino de economia, perícia econômico-financeira e avaliação de empresas).

CORECON-BA

Avaliar as perspectivas de crescimento das economias brasileira e baiana diante do recente cenário internacional; analisar o desempenho das balanças comerciais do Brasil e da Bahia diante da crise; e evidenciar seus principais impactos para a economia, traçando um cenário prospectivo do que ainda pode acontecer se a crise Europeia continuar no ritmo atual. Esses foram os principais objetivos do Seminário "Reflexos da Crise Internacional no Brasil e na Bahia", promovido pelo CORECON-BA no dia 29 de maio, reunindo mais de 190 pessoas no auditório da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), em Salvador. Durante o Encontro, os economistas Rômulo Almeida (*in memorian*) e Victor Gradin receberam homenagens, através de um vídeo especial, por sua contribuição ao desenvolvimento do País e da Bahia nas atividades e funções que desempenharam.

CORECON-PR

O CORECON-PR promoveu no dia 07 de junho, em Foz do Iguaçu, o 1º Encontro Paranaense de Economistas e Estudantes de Economia. O tema do evento foi "Currículo e Mercado de Trabalho dos Economistas". Conjuntamente foi realizado o 2º Torneio Paranaense de Economia, com um jogo que simula a administração restrita de variáveis macroeconômicas. No dia seguinte foi realizada uma reunião com os coordenadores de cursos de Economia do Estado debatendo currículo, demanda e evasão escolar.

CORECON-SC

Desde março, o CORECON-SC disponibiliza às terças e quintas, no período da tarde, o Laboratório de Economia Pessoal. O projeto, conduzido pelo economista Flávio Lopes Perfeito, é voltado para pessoas que ganham até três salários mínimos e estão em dificuldades para conciliar suas despesas com a receita mensal. Para atendimento é preciso agendar um horário e trazer todo o material relativo à sua economia pessoal. Flávio tem larga vivência na área de planejamento econômico e financeiro. Desenvolveu um curso neste sentido a ser ministrado em empresas e entidades de classe para atendimento a pessoas com renda maior.

O CORECON-SC também promove, no mês de junho, o curso de Perícia Econômico-Financeira Judicial e Extrajudicial. Com 32 horas de duração, o curso tem como professor o economista Pedro Afonso Gomes, que participou da coordenação de dois encontros brasileiros de perícia.

CORECON-PA

No dia 19 de maio, a Universidade Estadual do Pará recebeu duas palestras: "A Logística como Ferramenta de desenvolvimento" e "A Logística de Transporte: desafios para o desenvolvimento da Amazônia". Os palestrantes foram os economistas Gerson Silva e Pablo Damasceno – este também conselheiro regional.

O CORECON-PA também participou do lançamento do livro "Valoração Econômica e Mercado de Recursos Florestais", de autoria do Prof. Antônio Cordeiro Santana. O evento ocorreu durante a programação comemorativa dos 61 anos da Universidade Federal da Amazônia.

Outro evento deste Regional foi a participação, como expositor, na 1ª Edição da Pará Negócios – Feira Multisetorial, realizada no período de 12 a 15 de abril pela Associação Comercial do Pará. Os economistas projetistas apresentaram ao público as alternativas de créditos disponíveis no mercado e os benefícios fiscais de ICMS, assessoria econômica e financeira, estudos de mercado, sistema de controle de custos, redução de imposto de renda para as empresas, projetos de financiamento bancário, consultoria empresarial e desenvolvimento de pessoas com foco em planejamento estratégico e gestão de pequenos negócios, treinamentos empresariais em atendimento ao cliente, relacionamento interpessoal e desenvolvimento de lideranças e equipes, além de divulgarem as ações desenvolvidas pelo Conselho no âmbito social. O CORECON realizou palestras sobre "As Condições de Acesso aos Recursos do FNO" e "Administração Financeira para o Sucesso Profissional", ministradas pelo presidente Antônio Ximenes e pelas economistas Patrícia Godoy e Guaraciaba Sarmento.

CORECON-MG

O CORECON-MG recebeu até o dia 29 de junho as inscrições para a 4ª Gincana Mineira de Economia e o II Prêmio CORECON-MG de Jornalismo Econômico. A Gincana é um evento para estudantes matriculados em instituições de ensino superior. Os alunos competem num torneio que mede conhecimentos econômicos conciliando situações práticas e teóricas. Já o Prêmio de Jornalismo Econômico é dividido em duas categorias: profissional (para matérias e reportagens publicadas em jornais impressos) e universitária (para estudantes que ainda não concluíram o curso de jornalismo). O tema é livre e são premiados os dois melhores trabalhos em cada categoria.

CORECON-DF

O CORECON-DF realizou na noite de 26 de abril a cerimônia de entrega do livro de monografias referente ao XVIII Prêmio CORECON-DF de Economia – 2011. O evento contou com a presença de vários economistas e estudantes. Na ocasião, o professor Bento Félix discursou sobre a profissão de economista, a importância do profissional e a procura pelos cursos de economia. Em seguida foram entregues exemplares do livro de monografias aos premiados e professores orientadores. Por último, a estudante Crístilla Marinho Avelino da Silva apresentou seu trabalho, "A exploração do Pré-Sal pode trazer a maldição dos recursos naturais para o Brasil?", defendendo que o País tem condições de explorar o petróleo descoberto e, ao mesmo tempo, evitar o cenário conhecido como "maldição dos recursos naturais".

E no dia 30 de maio, o presidente do CORECON-DF, Jusçanio Umbelino de Souza, participou do evento que lançou a Agenda Legislativa do Comércio e Serviços do DF. A publicação reúne 35 projetos de lei de interesse do setor produtivo e da sociedade que estão em tramitação na Câmara Legislativa. Foram homenageados pela Associação Comercial do Distrito Federal 15 personalidades da economia local.

CORECON-AM

O CORECON-AM realizou de 05 de março a 27 de abril esclarecimentos à população sobre o Imposto de Renda 2012. Foi o segundo ano seguido em que o Regional realizou o "Plantão Tira Dúvidas do IR". O número de atendimentos mais que triplicou.

Os contribuintes receberam orientações técnicas sobre como declarar o imposto respeitando a legislação, a documentação, as informações e os prazos de entrega. O objetivo da iniciativa foi contribuir para a redução no número de manauenses que caem na malha fina. "Essa prestação de serviço é necessária porque não trabalhamos somente para a classe dos economistas, mas para toda a sociedade", afirmou o vice-presidente Francisco de Assis Mourão Júnior, responsável pelas consultas.

CORECON-MT

O Centro Acadêmico de Economia e a Universidade Federal de Mato Grosso realizaram, com apoio do CORECON-MT, o IX Workshop de Economia. O evento, realizado de 23 a 25 de abril, contou com palestras, mesas redondas e programações culturais. Foram discutidos temas como relações internacionais, economia brasileira, desenvolvimento local e economia verde.

CORECON-MA

Conselheiros do CORECON-MA visitaram na tarde de 25 de abril o secretário chefe da Casa Civil do Governo, Luís Fernando Silva. A visita serviu para apresentar oficialmente a programação da Semana do Economista 2012 e formalizar convite para que o secretário seja um dos palestrantes do evento, abordando o tema "Desenvolvimento Econômico de São Luís", sob a ótica do setor público. Silva, que é economista, aceitou o convite para palestrar no dia 14 de agosto.

Já no dia 08 de maio o CORECON-MA e a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) realizaram um debate sobre as "Cadeias Produtivas no Território da Refinaria Premium I". O evento é parte do projeto Conversa de Economista, promovido periodicamente pelo CORECON-MA com o objetivo de contribuir com sugestões técnicas às políticas de desenvolvimento do Estado. O tema foi abordado pelo vice-presidente do Regional, Felipe de Holanda.

CORECON-SE

O CORECON-SE realizou no dia 11 de junho, com apoio da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe, o "Curso Intensivo de Escrituração Fiscal Digital (EFD) Contribuições na Prática". O objetivo foi orientar as empresas participantes sobre a maneira que elas devem adotar para a geração, conferência e entrega de EFD Contribuições. O professor foi o contador Elielton Sousa.

CORECON-ES

O CORECON-ES recebe até o dia 22 de julho artigos científicos para apresentação no Encontro de Economistas da Região Sudeste, que será realizado nos dias 18 e 19 de outubro. Os temas para a produção de artigos e consequentes debates são: Microeconomia, Inovação e Crédito; Macroeconomia, Comércio Internacional e Política Econômica; Economia Agrícola, Meio Ambiente e Energia; Mercado de Trabalho e Bem-Estar; Economia Regional e Urbana; Finanças e Economia no Setor Público; Métodos Quantitativos; e outros temas em economia.

Além disso, o CORECON-ES firmou parceria com a Next Editorial, proprietária de diversas publicações no Estado. Entre elas está a revista ES Brasil (10 mil exemplares), que aborda, mensalmente, temas relacionados à economia e negócios e que serve de ferramenta de apoio à gestão empresarial e à informação corporativa. Com a parceria, o Corecon-ES passa a ocupar um espaço na Revista para informar à sociedade as ações que vem realizando, suas iniciativas e também sobre eventos relevantes relacionados ao desenvolvimento econômico, político e social, além de ampliar sua participação nos debates econômicos. A revista será distribuída gratuitamente aos economistas inscritos no CORECON-ES.

CORECON-GO

O CORECON-GO e o CORECON Acadêmico promoveram nos dias 16 e 17 de maio o V Encontro Estadual de Estudantes de Ciências Econômicas. O evento teve como tema "Goiás: Estrutura e Conjuntura Regional" e contou com uma palestra do conselheiro federal Luiz Alberto Machado na primeira noite. A programação contou também com oficinas sobre auditoria ambiental e alguns cenários específicos de Goiás (caminhos da economia, sustentabilidade e mercado de projetos), além de palestras e debates conduzidos por destacados economistas goianos.

CORECON-RN

Na manhã de 24 de maio, o CORECON-RN sediou uma mesa redonda, realizada em parceria com a ZPE DO SERTÃO ADMINISTRADORA LTDA. O tema foi "Desenvolvimento Sócioeconômico no Nordeste do Brasil Utilizando a ZPE do Sertão Como Catalisador", cuja apresentação contou com a participação do conselheiro Brian E. Tipler, conselheiro do CZPE (Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação) do Ministério do Desenvolvimento.

CORECON-PB

O CORECON-PB tem trabalhado nos preparativos para a realização do XXVI Encontro de Entidades de Economistas da Região Nordeste (ENE), que acontecerá em julho na capital paraibana. O evento contará com a participação do COFECON, da Fenacon, dos Conselhos e Sindicatos de Economistas da região Nordeste e representantes do meio acadêmico. O conselheiro federal Luiz Alberto Machado realizará uma palestra sobre "Os Novos Dilemas no Planejamento da Carreira do Economista".

CORECON-MS

Com o objetivo de dar boas-vindas aos novos acadêmicos e explicar a atuação do profissional economista no mercado de trabalho, alunos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), do município de Ponta Porã, assistiram a uma palestra sobre a profissão do economista e o conselho da classe. Organizada pelo CORECON-MS, a palestra foi ministrada no dia 23 de abril pela fiscal Andréia Ferreira.

Além disso, o CORECON-MS tem apoiado a implantação do curso de Ciências Econômicas no campus de Campo Grande da UEMS. Todos os envolvidos no Conselho, como economistas e conselheiros, manifestaram interesse e entusiasmo pela iniciativa.

E no dia 02 de junho, foi realizada uma Sessão Plenária do CORECON-MS no município de Dourados. A reunião no interior teve o objetivo de levar as atividades para perto dos profissionais da região.

CORECON-PI

O CORECON-PI recebeu em janeiro a visita dos formandos de Economia da UFPI 2001/2. Na ocasião foram recebidos pelo presidente Pedro Andrade, pelo vice-presidente Clóvis Raulino e pelas funcionárias do Conselho. Andrade falou sobre a visibilidade da profissão de economista, com espaço diário na imprensa brasileira, bem como a necessidade de registro dos bacharéis em Economia no CORECON para exercer legalmente a profissão.

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

OPINIÃO ECONÔMICA

DESINDUSTRIALIZAÇÃO, VULNERABILIDADES EXTERNAS E OS GARGALOS QUE IMPEDEM UM MAIOR CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A competitividade da indústria brasileira vem sofrendo progressiva queda, com seus produtos perdendo posição no mercado externo e sofrendo acirrada competição de produtos importados no mercado nacional.

A perda de competitividade se reflete no acentuado déficit de US$ 86,9 bilhões na balança comercial de produtos industriais de alta e média tecnologia, ocorrido em 2011, com exportações de US$ 91,4 bilhões e importações de US$ 178,3 bilhões, e reduzindo nosso superávit na balança comercial, tão necessário para o equilíbrio de nossas contas externas.

De outro lado, a desaceleração da atividade industrial tem se refletido num menor crescimento da economia brasileira. Entre 2004 e 2010, mesmo com o crescimento negativo registrado em 2009, devido à crise econômica mundial, o PIB brasileiro cresceu em média 4,46% ao ano. Em 2011, o crescimento foi de apenas 2,7% e, para 2012, as projeções apontam para ainda menos, algo em torno de 2,5%.

Algumas ações adotadas pelo governo têm sido positivas, como o combate à elevada taxa de juros e o fortalecimento do mercado interno, mas diversas medidas são paliativas, não alterando os fatores estruturais e não atacando as principais causas que tiram a competitividade de nossa indústria e deterioram nossos termos de troca. São muitos os gargalos que impedem o crescimento da economia brasileira e é este o debate que propomos neste texto.

JÚLIO MIRAGAYA
Coordenador da Comissão de Política Econômica e de Desenvolvimento Regional do Conselho Federal de Economia

UM

RETOMAR A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA E O EQUILÍBRIO NAS CONTAS EXTERNAS PARA ACELERAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Uma das principais causas apontadas (não a única) para a baixa competitividade da indústria brasileira tem sido a apreciação do real frente ao dólar e à maioria das outras moedas. As medidas que visam restringir a excessiva entrada de capitais no País, em parte travestidos de investimentos diretos e que visam ganhos especulativos aproveitando-se do diferencial da taxa de juros, foram extremamente tímidas e deveriam ser aprofundadas, notadamente com a redução de nossa taxa de juros para níveis praticados mundialmente. Deve-se ressaltar que o câmbio é um dos principais responsáveis pelo enorme déficit em transações correntes no País.

O elevado custo de nossa logística é outra causa que não vem sendo devidamente enfrentada. O barateamento do custo da energia e dos transportes requer a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura, necessidade que se choca com um dos pilares da política econômica, de geração de robustos superávits primários. Em suma, não há como ampliar substantivamente os investimentos públicos em infraestrutura sem uma redução drástica nos gastos com pagamento dos juros da dívida pública, que em 2011 alcançaram R$ 236 bilhões.

Também deve se buscar a ampliação do investimento em inovação, condição essencial para o aumento da produtividade, e área em que o Brasil, infelizmente, tem se colocado muito aquém de diversos outros países emergentes.

A redução da carga tributária sobre produção e consumo foi uma medida necessária e cuja adoção deve ser aplaudida, mas que deveria ser ampliada, compensando a perda de receita com a elevação da tributação sobre a renda do capital e a riqueza, começando um processo de correção de nossa carga tributária regressiva, socialmente injusta e economicamente anacrônica.

Por fim, não se deve cair no engodo de que a competitividade da indústria brasileira é baixa em função do custo do trabalho. Não se combate a perda de competitividade com a redução de direitos trabalhistas. Trata-se do contrário, na medida em que garantir e ampliar os direitos trabalhistas e sociais é condição básica para fortalecer o mercado interno e defender o País dos efeitos da crise econômica mundial. O Brasil deve se distanciar do que vem sendo feito em vários países europeus, que têm aprovado sucessivos "pacotes" de arrocho salarial e a retirada de direitos sociais, jogando nas costas dos trabalhadores o custo de uma crise que foi gestada no sistema financeiro.

> **"ALGUMAS AÇÕES ADOTADAS PELO GOVERNO TÊM SIDO POSITIVAS, COMO O COMBATE À ELEVADA TAXA DE JUROS E O FORTALECIMENTO DO MERCADO INTERNO, MAS DIVERSAS MEDIDAS SÃO PALIATIVAS"**

DOIS

O PANORAMA GERAL DAS CONTAS EXTERNAS DO BRASIL EM 2011

O Brasil encerrou 2011 com um déficit de US$ 56,6 bilhões em suas transações correntes com o exterior, correspondentes a 2,29% do PIB, o mais elevado em termos nominais de nossa história, mesmo com um grande e surpreendente superávit de quase US$ 30 bilhões na balança comercial, anulados, contudo, pelos US$ 85,2 bilhões de déficit na balança de serviços e rendas.

Felizmente, a entrada líquida de US$ 76 bilhões de investimentos externos permitiu a cobertura integral do déficit em conta corrente, que aliado a outras fontes de ingresso de divisas, propiciou um expressivo saldo no balanço de pagamentos, ampliando um pouco mais as reservas internacionais do País.

"PODEREMOS FECHAR O ANO COM UM DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES NA CASA DOS US$ 80 BILHÕES"

Para 2012, as expectativas são de alteração para pior desta situação. Em face da persistência de uma taxa de câmbio sobrevalorizada e da retração dos mercados mundiais, espera-se uma estagnação das exportações brasileiras. As importações, por seu turno, devem crescer, embaladas pela demanda interna e por um dólar ainda "barato".

É possível que encerremos 2012 com um superávit na balança comercial inferior a US$ 10 bilhões, o menor desde 2001. Espera-se também uma ampliação do déficit em serviços, impulsionado pela provável ampliação dos gastos com juros da dívida externa e com a remessa de lucros e dividendos para as matrizes das empresas transnacionais, em dificuldades no hemisfério norte. Dessa forma, poderemos fechar o ano com um déficit em transações correntes na casa dos US$ 80 bilhões, ou quase 3,5% do PIB.

Na contramão desta tendência, o agravamento do cenário externo deverá fazer refluir a entrada líquida de investimentos diretos e de financiamentos de distintas naturezas, ocasionando, pela primeira vez em anos, um déficit no balanço de pagamentos e uma redução das reservas internacionais. Se este panorama vai se concretizar, ou não, só a história dirá. O fato é que as atuais tendências são preocupantes e o sinal amarelo está muito forte no que diz respeito às contas externas do Brasil.

A recuperação da balança comercial em 2011, decorrente de uma excepcional elevação nos preços das *commodities* exportadas pelo País, alterou a tendência de queda no saldo positivo que vinha desde 2006, quando somou US$ 46,5 bilhões, refluindo gradativamente para US$ 20,1 bilhões em 2010. O déficit na balança de serviços e rendas, por sua vez, praticamente dobrou entre 2006 e 2010, saltando de US$ 37,1 para US$ 70,3 bilhões, crescendo cerca de 20% em 2011, para US$ 87,2 bilhões.

O resultado do Balanço de Pagamentos (BP), contudo, fechou 2011 com elevado saldo positivo em função do superávit recorde na conta capital e financeira de US$ 111,9 bilhões, com destaque para a entrada líquida de US$ 76 bilhões de investimento direto que, aliado a outros ingressos de divisas, possibilitaram a ampliação das reservas internacionais do País em US$ 58,6 bilhões, superando a barreira dos US$ 350 bilhões.

O fato é que todo um esforço realizado entre 2002 e 2006 para reduzir a vulnerabilidade de nossas contas externas tem sido comprometido pela recusa em enfrentar de forma veemente os interesses do capital especulativo, prejudicando nosso parque industrial e um maior crescimento econômico. Segue análises das grandes contas do BP.

TRÊS

BALANÇA COMERCIAL: BAIXA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA E REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO

A Balança Comercial brasileira apresentou um superávit de US$ 29,8 bilhões, resultado de exportações de 256,0 bilhões e importações de US$ 226,2 bilhões, o melhor resultado nos últimos quatro anos, mas ainda abaixo do superávit recorde de 2006, de US$ 46,5 bilhões.

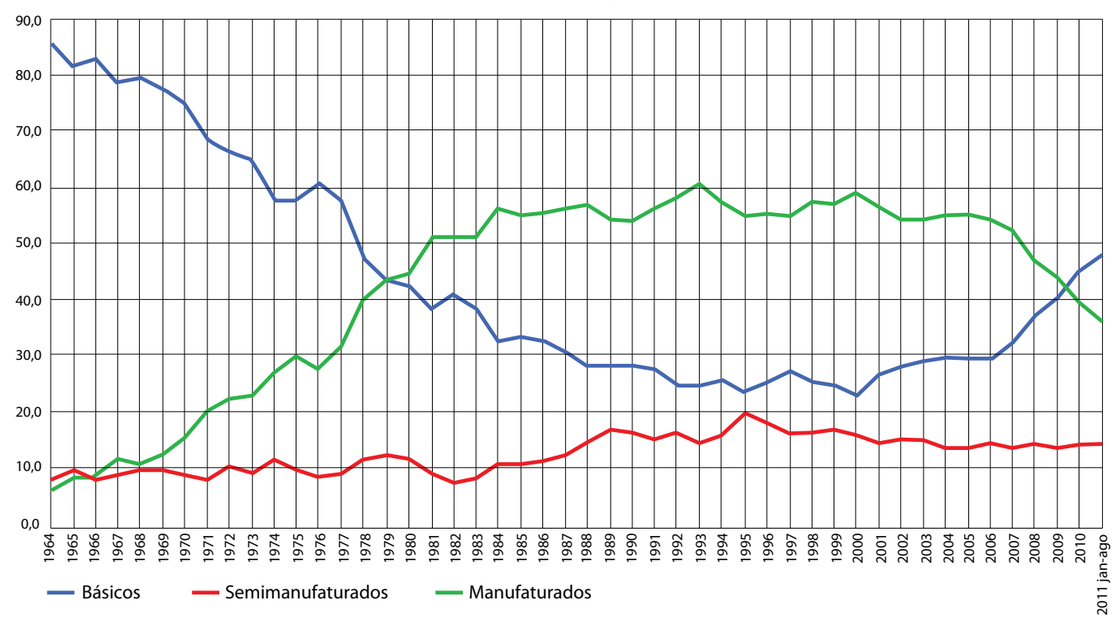
Mas, o aspecto mais marcante em relação à balança comercial brasileira tem sido o processo de forte reprimarização de nossa pauta exportadora, com uma queda da participação dos produtos industriais no total exportado, tendo os produtos básicos retomado uma participação alcançada na década de 1970 (Gráfico).

Em 2000, os produtos de alta e de média-alta tecnologia representavam 35,5% das exportações do País, percentual que em 2011 caiu para 20,4%. Os produtos de média-baixa tecnologia tiveram participação reduzida de 18,6% para 15,3%. Já os produtos de baixa tecnologia e os produtos não industrializados aumentaram sua participação de 45,9% para 64,3%. Dessa forma, o saldo da balança comercial deveu-se, essencialmente, aos superávits em produtos não industrializados e industrializados de baixa tecnologia, da ordem de US$ 116,6 bilhões (exportações de US$ 164,6 bilhões e importações de US$ 48,0 bilhões).

Já em relação aos produtos industrializados de alta e de média-alta tecnologia, amargamos um déficit de US$ 82,3 bilhões (exportações de US$ 52,3 bilhões e importações de US$ 134,6 bilhões). Por fim, os produtos industrializados de média-baixa tecnologia apresentaram um pequeno déficit, de US$ 4,6 bilhões (exportações de US$ 39,1 bilhões e importações de US$ 43,7 bilhões).

As consequências deste processo tem sido a gradativa perda de mercados externos para produtos de nossa indústria e a perda de grande parte do mercado interno para a indústria de outros países. Em suma, muito embora a demanda interna por produtos industriais continue crescendo, nossa produção industrial encontra-se estagnada.

Exportação Brasileira por Fator Agregado
1964 a 2010 - US$ Milhões



QUATRO

BALANÇA DE SERVIÇOS E RENDAS: O EXCEPCIONAL AUMENTO DO DÉFICIT, REFLEXO DE UMA MOEDA APRECIADA

O ano de 2011 marcou também um saldo negativo recorde na estruturalmente deficitária balança de serviços e de rendas do País.

Os serviços apresentaram um déficit de US$ 37,9 bilhões, crescimento de 293,2% em relação ao déficit de 2006, rescaldo de uma moeda apreciada. O maior déficit aconteceu na conta "aluguel de equipamentos", com US$ 16,7 bilhões, aumento de 242,5% em relação a 2006, secundado por "viagens internacionais", com déficit de US$ 14,5 bilhões, 898,5% maior que o de 2006 e, por transportes, com US$ 8,3 bilhões, aumento de 166,6% no mesmo período.

Já a conta de Rendas apresentou um déficit de US$ 47,3 bilhões, aumento até comedido, de 72,2% em relação a 2006. O destaque é que ocorreu uma significativa mudança na composição do déficit, com a perda de expressão dos gastos com juros da dívida externa (US$ 13,1 bilhões em 2002, US$ 11,3 bilhões em 2006 e US$ 9,7 bilhões em 2011) e uma explosão dos gastos com remessas de lucros e dividendos, que saltaram de US$ 5,2 bilhões em 2002 para US$ 16,4 bilhões em 2006 e US$ 38,2 bilhões em 2011, o "outro lado" da forte entrada de investimentos diretos estrangeiros no País.

CINCO

CONTA DE CAPITAL E FINANCEIRA: UM TSUNAMI DE DÓLARES ASSOLANDO O PAÍS

Em 2011, a conta de capital e financeira apresentou superávit de US$ 111,9 bilhões, recorde histórico. Nos últimos cinco anos foram nada menos que US$ 401,3 bilhões, um verdadeiro "tsunami monetário", como metaforizou a Presidente Dilma.

A principal porta de entrada de dólares tem sido os investimentos estrangeiros diretos, com resultado líquido de US$ 66,7 bilhões em 2011 e um saldo acumulado de US$ 220,8 bilhões desde 2007. Muito embora se trate, em condições normais, de entrada de recursos interessante para o País, deve-se ressaltar, contudo, que supõe-se que boa parte sejam capitais que são desviados para o mercado financeiro, em busca de ganhos baseados no diferencial das taxas de juros interna e externa, travestidos de empréstimos intercompanhias. A título de comparação, no período precedente, entre 1996 e 2006, a conta teve saldo de US$ 221,2 bilhões. Em contrapartida, o investimento direto brasileiro no exterior implicou saldo negativo de US$ 19,7 bilhões entre 2006 e 2011 (e negativo de US$ 48,5 bilhões entre 1996 e 2006).

De outro lado, o investimento estrangeiro em carteira teve saldo líquido de US$ 17,5 bilhões em 2011 e de US$ 179,5 bilhões nos últimos cinco anos (e de US$ 76,6 bilhões entre 1996 e 2006). Já o investimento brasileiro em carteira teve um resultado líquido positivo de US$ 9,2 bilhões entre 2007 e 2011 (e negativo de US$ 4,0 bilhões de 1996 a 2006).

Dessa forma, o estoque de investimento direto e, em carteira, aumentou US$ 389,8 bilhões entre 2007 e 2011 e US$ 245,3 bilhões entre 1996 e 2006, representando esta excepcional expansão do passivo externo a razão das remessas de lucros e dividendos terem apresentado aumento tão acentuado.

Por fim, a conta de outros investimentos apresentou superávit de US$ 9,2 bilhões em 2011 (superávit de US$ 7,7 bilhões entre 2006 e 2011 e déficit de US$ 71,6 bilhões entre 1996 e 2006).

SEIS

AS PERSPECTIVAS PARA 2012

Para 2012, as expectativas são de alteração para pior desta situação. Em face da persistência de uma taxa de câmbio ainda sobrevalorizada, da retração dos mercados mundiais e de uma redução nas cotações das principais *commodities*, espera-se uma estagnação das exportações brasileiras. As importações, por seu turno, devem crescer, embaladas pela demanda interna e por um dólar "barato". É provável que encerremos 2012 com um superávit na balança comercial entre US$ 10 e 15 bilhões, talvez o menor desde 2001.

Espera-se também uma ampliação do déficit em serviços, impulsionado pelo provável crescimento dos gastos com juros da dívida externa e com a remessa de lucros e dividendos para as matrizes das empresas transnacionais, em dificuldades no hemisfério norte. Dessa forma, poderemos fechar o ano com um déficit em transações correntes próximo a US$ 80 bilhões.

Na contramão desta tendência, o agravamento do cenário externo deverá fazer refluir a entrada líquida de investimentos diretos e de financiamentos de distintas naturezas, ocasionando, pela primeira vez em anos, um déficit no balanço de pagamentos e uma redução das reservas internacionais. Se este panorama vai se concretizar ou não, só a história dirá. O fato é que as atuais tendências são preocupantes e o sinal amarelo está muito forte no que diz respeito às contas externas do Brasil.

SETE

OS OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Uma das principais razões apontadas para os desequilíbrios observados nas contas externas do Brasil e um dos principais óbices a um maior crescimento econômico é a apreciação do real frente às principais moedas do mundo e, em particular, ao dólar. A excessiva valorização da moeda brasileira tem reduzido a competitividade de nossos produtos, principalmente os industrializados, no mercado internacional, ao mesmo tempo em que torna nosso mercado interno mais vulnerável à concorrência de produtores de outros países.

O governo tem adotado medidas para a desvalorização do real, promovendo a redução da taxa básica de juros (Selic); inibindo, via aumento de taxação e alongamento de prazo, a entrada de capitais especulativos no País e fazendo o BC atuar fortemente no mercado de câmbio. Embora acertadas, tais medidas têm sido insuficientes, em função da utilização de artifícios e brechas na legislação por parte dos agentes do mercado.

O governo também tem trabalhado para a redução da taxa de juros, mas mesmo com a redução da Selic para 8,50% ao ano, nossos juros reais ainda são os mais altos entre as principais economias do planeta, muito acima dos praticados na China (2,0%); Índia (0,9%); México (0,4%); Japão (0%) ou EUA (-2,6%).

Mas a apreciação do real e a elevada taxa de juros não são as únicas razões da baixa competitividade da indústria brasileira. Muito se fala do "Custo Brasil" e muitas vezes são mencionados os supostamente elevados encargos trabalhistas, mas a elevação dos salários, a crescente formalização do mercado de trabalho e a ampliação dos direitos sociais têm sido fundamentais para a elevação do poder aquisitivo da nossa população e a consequente ampliação de nosso mercado interno.

Na conta do "Custo Brasil" devem ser arrolados os elevados preços da energia elétrica e do gás natural; a insuficiente e relativamente precária malha de transportes; a precária qualificação de nossa mão-de-obra; o baixo nível de investimentos em tecnologia e inovação e uma estrutura tributária deformada que incide sobre a produção e não sobre a renda e a riqueza.

OITO

AS CONSEQUÊNCIAS PARA O PAÍS

Uma das consequências mais nefastas desse quadro descrito tem sido o aprofundamento do déficit na balança comercial de produtos industrializados. Apenas os segmentos industriais classificados como de alta e de média tecnologia amargou déficit em 2011 de US$ 87 bilhões. O deslocamento de produtos da indústria brasileira nos mercados externos e no próprio mercado interno tem consequências desastrosas não só para a balança comercial e para as contas externas, mas também para os níveis de emprego e de renda de nossa população e para a capacidade de arrecadação do setor público.

O fato é que o setor industrial ficou estagnado em 2011 (crescimento de 0,2%), "puxando" para baixo o crescimento do PIB (2,7%), bem abaixo da média verificada no período 2004-10 (4,0%) e o mais baixo entre todos os países sul-americanos. A título de comparação, a Argentina cresceu 8,8% e mesmo o combalido México cresceu 3,9%.

Dessa forma, as perspectivas para 2012 são de novo crescimento do produto industrial próximo de zero; de um crescimento do PIB em torno de 2,5%, muito aquém das possibilidades e das necessidades do País e de um enorme déficit em transações correntes, trazendo de volta o "fantasma" das contas externas vulneráveis.

NOVE

AÇÕES NECESSÁRIAS PARA REATIVAR A INDÚSTRIA E RETOMAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Diante da iminência de um novo pífio crescimento da economia brasileira em 2012, a questão que emerge hoje é a de como alavancar o crescimento do País.

A nova cantilena dos neoliberais é a de que o modelo baseado na ampliação do consumo se esgotou, de que não há mais espaço para o endividamento das famílias e argumentos semelhantes. Mas o nível de comprometimento da renda das famílias foi de 22% em março de 2012, apenas 3 pontos percentuais acima dos níveis registrados entre 2009 e 2011 e, o mais importante, tende a cair com a redução das taxas de juros. Em suma, há espaço ainda para ampliação do consumo e, consequentemente, do crescimento econômico.

Deve-se evitar, contudo, que os resultados dos estímulos à demanda sejam capturados pelo setor externo, neutralizando os efeitos positivos para o crescimento da produção industrial.

> **"PARECE QUE O GOVERNO, AO ABDICAR DE UM PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO, BUSCA FAZER UMA ESPÉCIE DE CONCESSÃO AOS APOLOGISTAS DO LIVRE MERCADO"**

Como já vimos, um maior crescimento da economia tem esbarrado em vários obstáculos. Se de um lado a ampliação dos níveis de investimentos privados está sendo estimulada pela redução da taxa de juros, a ampliação dos investimentos públicos esbarra fortemente nas limitações impostas pelas rígidas metas de superávits primários.

A fixação na meta de um superávit de R$ 139,7 bilhões em 2012 vai na contramão do estímulo ao crescimento. Deve-se trabalhar para que os cerca de R$ 30 bilhões de redução nos gastos com pagamentos de juros da dívida pública estimados pelo BC para 2012 possam ser integralmente direcionados para investimentos públicos, especialmente na ampliação e melhoria da infraestrutura econômica.

Deve-se lembrar que os investimentos públicos, além dos impactos diretos sobre a formação de capital, impulsionam a oferta, à medida que ampliam a rentabilidade dos projetos do setor privado. Vale também a ressalva de que tanto os investimentos públicos quanto privados devem mirar a inovação, condição para reduzir o enorme hiato tecnológico que distancia a indústria nacional dos países mais desenvolvidos.

Por fim, uma das críticas mais coerentes que tem sido feita à condução da política econômica é o da não fixação de um macro objetivo, que subordine e dê coerência ao conjunto de medidas pontuais adotadas. De fato, parece que o governo ao abdicar de um planejamento de longo prazo, busca fazer uma espécie de concessão aos apologistas do livre mercado. Mais uma vez, o exemplo chinês revela que quando há uma clara sinalização dos objetivos a serem atingidos, as chances de êxito são substancialmente maiores.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Instituto Brasileiro de Economia e Estatística – IBGE / Coordenação de Contas Nacionais - CONAC
- Banco Central do Brasil – BACEN / Série histórica do Balanço de Pagamentos
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio e Exterior – MDIC / Secretaria de Comércio Exterior - SECEX

RELAÇÃO DOS CORECONs

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO - RJ

Endereço: Av. Rio Branco, 109,16º e 19º andares - Centro
Cidade: Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.040-906
Telefone: (21) 2103-0178
Fax: (21) 2103 -0106
Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Secretário Executivo: Wellington Leonardo da Silva
Site: www.corecon-rj.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO - SP

Endereço: Rua Líbero Badaró, 425, Ed. Grande São Paulo, 14º andar - Centro
Cidade: São Paulo – SP
CEP: 01009-905
Telefone: (11) 3291-8700 (Geral)
Fax: (11) 3291-8701
Presidente: Manuel Enriquez Garcia
Vice-Presidente: Francisco da Silva Coelho
Secretário Executivo: Silvério Antônio dos Santos Junior
Site: www.coreconsp.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 3ª REGIÃO - PE

Endereço: Rua do Riachuelo, Ed. Círculo Católico, 105, sala 208 Boa Vista
Cidade: Recife – PE
CEP: 50050-400
Telefone: (81) 3222-0758 / 3221-2473
Fax: (81) 3222-0758
Presidente: Fernando de Aquino Fonseca Neto
Vice-Presidente: José Carlos Neves de Andrade
Secretário Executivo: Adriana Araújo
Site: www.corecon-pe.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 4ª REGIÃO - RS

Endereço: Rua Siqueira Campos, 1.184, Conj 601-606, 6º andar - Centro
Cidade: Porto Alegre – RS
CEP: 90010-001
Telefone: (51) 3254-2600 (geral)
Presidente: Geraldo Pinto Rodrigues da Fonseca
Vice-Presidente: Tiago Wickstrom Alves
Secretário Executivo: Helena Edi Cruz
Site: www.coreconrs.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO - BA

Endereço: Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade Center, sala 505, Caminho das Árvores - Pituba
Cidade: Salvador – BA
CEP: 41820-774
Telefone/fax: (71) 3341-1597 / 3341-2764 / 3341-2770
Presidente: Marcelo José dos Santos
Vice-Presidente: Carlos Rodolfo Lujan Franco
Secretário Executivo: Bruno Pires Sacramento
Site: www.corecon-ba.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 6ª REGIÃO - PR

Endereço: Rua Professora Rosa Saporski, nº 989 - Mercês
Cidade: Curitiba – PR
CEP: 80.810-120
Telefone: (41) 3336-0701
Fax: (41) 3336-0701
Presidente: Eduardo Moreira Garcia
Vice-Presidente: José Augusto Soavinsky
Secretário Executivo: Amarildo de Souza Santos
Site: www.corecon-pr.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 7ª REGIÃO - SC

Endereço: Rua Trajano, 265, 12º andar - Centro
Cidade: Florianópolis – SC
CEP: 88.010-010
Telefone: (48) 3222-1979
Fax: (48) 3222-1979
Presidente: Paulo Roberto de Jesus
Vice-Presidente: Ricardo Bayer Battistotti
Site: www.corecon-sc.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 8ª REGIÃO - CE

Endereço: Avenida Antônio Sales, 1.317, sala 06 / 08, Ed. Nordeste Center - Bairro Joaquim da Távora
Cidade: Fortaleza – CE
CEP: 60.135-100
Telefone: (85) 3246-1551
Fax: (85) 3224-8162
Presidente: Francisco Assunção e Silva
Vice-Presidente: Rogério Coutinho Fontenelle
Superintendente: Mirian Pinheiro Pessoa de Andrade
Site: www.corecon-ce.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 9ª REGIÃO - PA

Endereço: Rua Jerônimo Pimentel, 918 - Umarizal
Cidade: Belém – PA
CEP: 66.055-000
Telefone: (91) 3223-1988
Fax: (91) 3242-0207
Presidente: Antonio Ximenes Barros
Vice-Presidente: Marcus Vinícius Gomes Holanda
Secretário Executivo: Marco Antônio Barbosa da Costa
Site: www.coreconpara.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 10ª REGIÃO - MG

Endereço: Rua Paraíba, 777 - Funcionários
Cidade: Belo Horizonte – MG
CEP: 30.130-140
Telefone: (31) 3261-5806
Fax: (31) 3261-8127
Presidente: Cláudio Gontijo
Vice-Presidente: Fabrício Augusto de Oliveira
Gerente Executivo: Flávio Vidigal de Carvalho Pereira
Site: www.portaldoeconomista.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 11ª REGIÃO - DF

Endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco A, sala 202, Edifício Embaixador
Cidade: Brasília – DF
CEP: 70.300-907
Telefone: (61) 3964-8366 / 3223-1429 / 3225-9242
Fax: (61) 3964-8364
Presidente: Jusçanio Umbelino de Souza
Vice-Presidente: Maria Cristina de Araújo
Secretário Executivo: Ronaldo Galloti Schroeder
Site: www.corecondf.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 12ª REGIÃO - AL

Endereço: Rua Dias Cabral, 165, 1º andar - Centro
Cidade: Maceió – AL
CEP: 57.020-250
Telefone: (82) 3221-3850
Presidente: Marcos Antônio Moreira Calheiros
Vice-Presidente: Maurílio Procópio Gomes
Gerente Executivo: Divaldo Coutinho
Site: www.corecon-al.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 13ª REGIÃO - AM

Endereço: Rua Leonardo Malcher, 768 - Centro
Cidade: Manaus – AM
CEP: 69.010-170
Telefone: (92) 3234-2421 / 3622-7880 / 3622-2826
Fax: (92) 3234-2421
Presidente: Ailson Nogueira Rezende
Vice-Presidente: Francisco de Assis Mourão Júnior
Gerente Executivo: Jorge Rodrigo Lopes Chaves
Site: www.corecon-am.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 14ª REGIÃO - MT

Endereço: Rua 06, Quadra 11, Lote 02 - Palácio PAIAGUÁS
Cidade: Cuiabá – MT
CEP: 78.049-045
Telefone: (65) 3644-1607
Presidente: Adão Barbosa Garcia
Vice-Presidente: Aurelino Levy Dias de Campos
Gerente Executiva: Helena Edi Cruz
Site: www.corecon-mt.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 15ª REGIÃO - MA

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/ nº, Casa do Trabalhador, sala 104 - Calhau
Cidade: São Luís – MA
CEP: 65.074-220
Telefone: (98) 3236-5376
Fax: (98) 3246-1784
Presidente: Luiz Augusto lopes Espindola
Vice-Presidente: Felipe Macedo de Holanda
Gerente Executivo: Marlene Costa Luz
Site: www.corecon-ma.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 16ª REGIÃO - SE

Endereço: Rua Duque de Caxias, 398 - São José
Cidade: Aracaju – SE
CEP: 49.015-320
Telefone: (79) 3214-1883 / 3214-0173
Fax: (79) 3211-7826
Presidente: Hermany Machado Ferreira
Vice-Presidente: Israel Schuster
Secretário Executivo: Artemisa Ribeiro Batista
Site: www.corecon-se.cofecon.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 17ª REGIÃO - ES

Endereço: Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sl. 1903/1904 - Centro
Cidade: Vitória – ES
CEP: 29.010-250
Telefone: (27) 3222-1985 / 3233-0618
Presidente: José Antônio Alves Resende
Vice-Presidente: Tyago Ribeiro Hoffmann
Gerente Executiva: Josiane Gonçalves da Silva Tavares
Site: www.corecones.com.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 18ª REGIÃO - GO

Endereço: Av. 86, nº 617 - Setor Sul
Cidade: Goiânia – GO
CEP: 74.083-330
Telefone/fax: (62) 3218-3311
Presidente: Alen Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente: Marcos Fernando Arriel
Responsável Direto: Maria Paula Badra (Secretária Executiva)
Site: www.corecon-go.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 19ª REGIÃO - RN

Endereço: Rua Princesa Isabel, 815 - Cidade Alta
Cidade: Natal – RN
CEP: 59.025-400
Telefone: (84) 3201-1005 / 3201-1655
Fax: (84) 3201-1655
Presidente: Airton Soares Costa
Vice-Presidente: Nilson Tavares Morais
Responsável Direto: Maria Maíza de Paiva Costa (Gerente-Executiva)
Site: www.corecon-rn.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 20ª REGIÃO - MS

Endereço: Rua Dr. Arthur Jorge, 2.437 - Monte Castelo
Cidade: Campo Grande – MS
CEP: 79.010-210
Telefone: (67) 3356-4796
Fax: (67) 3356-7405
Presidente: Volmir Meneguzzo
Vice-Presidente: Ricardo José Senna
Responsável Direto: Andréia dos Santos Ferreira Silva (Gerente de Fiscalização)
Site: www.coreconms.org.br

RELAÇÃO DOS CORECONs

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 21ª REGIÃO - PB

Endereço: Avenida Epitácio Pessoa, 2.491, sala 04, 1º andar
Bairro dos Estados
Cidade: João Pessoa – PB
CEP: 58030-002
Telefone/fax: (83) 3241-1089
Presidente: Antonio Cavalcante Filho
Vice-Presidente: Edivaldo Teixeira de Carvalho
Gerente Executivo: Thales Batista da Silva
Site: www.corecon-pb.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 22ª REGIÃO - PI

Endereço: Rua Felix Pacheco, 1.680 - Centro
Cidade: Teresina – PI
CEP: 64.001-160
Telefone: (86) 3221-7337
Fax: (86) 3221-0169
Presidente: Pedro Andrade de Oliveira
Vice-Presidente: Clovis Francisco Ribeiro Raulino
Responsável Direto: Maria do Espírito S. Gonçalves de Oliveira Silva
(Secretária-Executiva)
Site: www.corecon-pi.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 23ª REGIÃO - AC

Endereço: Av Ceará, 3.201, 1º piso - Alto da Convel Abraão Alab
Cidade: Rio Branco – AC
CEP: 69.907-000
Telefone: (68) 3227-3490
Presidente: Antônio Batista Brito
Vice-Presidente: José Idalécio de Sousa Galvão
Responsável Direto: Fernanda Bezerra Fernandes
(Secretária-Executiva)
Site: www.corecon-ac.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 24ª REGIÃO - RO

Endereço: Av. Calama, 2300, Sala 14, Galeria Garden
Bairro São João Bosco
Cidade: Porto Velho – RO
CEP: 78.803-769
Telefone/fax: (69) 3224-1452
Presidente: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Vice-Presidente: Liduino Cunha
Responsável Direta: Sirlene Rocha de Melo (Profissional de
Assistência ao Economista)
Site: www.corecon-ro.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 25ª REGIÃO - TO

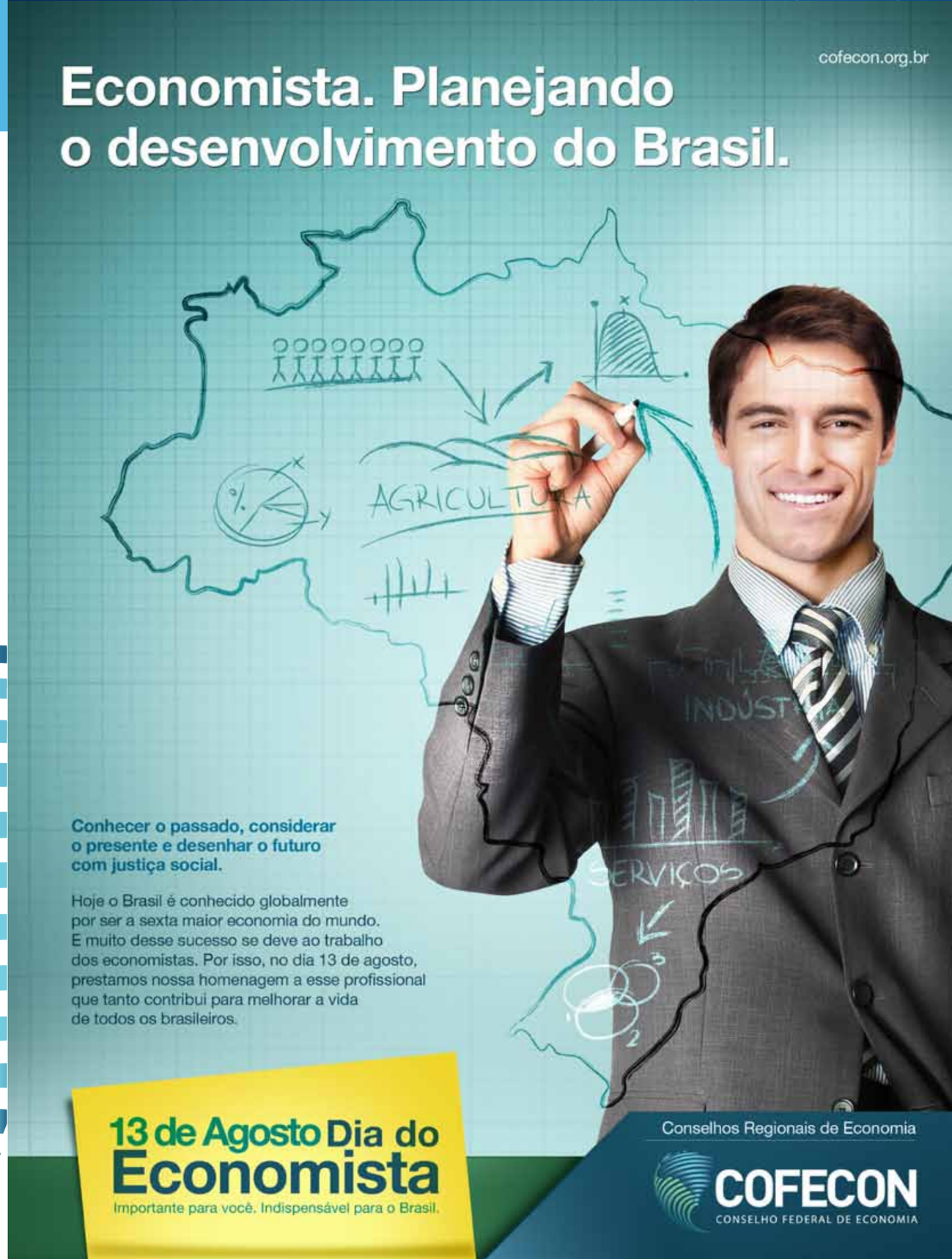
Endereço: Quadra 104 Sul com AV LO 01 - Conjunto 4, lote 12, Sala 107
Cidade: Palmas – TO
CEP: 77020-020
Telefone: (63) 3215-8660
Presidente: Vilmar Carneiro Wanderley
Vice-Presidente: Rosilene Sudré da Silva
Secretário Executivo: Keitiane Morais Xavier Krambeck
Site: www.corecon-to.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 26ª REGIÃO - AP

Endereço: Rua Manoel Eudóxio Pereira, 826, sala B (Altos)
Santa Rita
Cidade: Macapá – AP
CEP: 68.908-123
Telefone/fax: (96) 3225-1323
Presidente: Vanderci de Oliveira Firmino
Vice-Presidente: Naly Collares Távora
Secretário Executivo: Ketty Sabrine Pinto
Site: corecon-ap@coreconamapa.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 27ª REGIÃO -RR

Endereço: Avenida Major Williams, nº 2.108 - Bairro São Francisco
Cidade: Boa Vista – RR
CEP: 69.301-110
Telefone/fax: (96) 3624-1517 / (95) 9148-2666 / (95) 8124-7011
Presidente: Marcio Sales de Sousa
Vice-Presidente: Eduardo Jorge Aucar Seffair
Secretária Executiva: Iara Andion
Site: corecon-ap@coreconamapa.org.br



www.cofecon.org.br
Setor Comercial Sul, Quadra 02,
Bloco B, sala 501
CEP: 70318-900 Brasília/DF
Tel:(61) 3208-1800
Fax:(61) 3208-1814